Universidade Federal do Pará

INSTITUTO DE CIENCIAS JURIDICAS

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO
2025

MEMBROS DA ADMINISTAÇÃO SUPERIOR	
Reitor	Gilmar Pereira da Silva
Vice-Reitor	Loiane Prado Verbicaro
Chefe de Gabinete	Doriedson do Socorro Rodrigues
Pró-Reitor de Administração	Raimundo da Costa Almeida
Pró-Reitora de Ensino de Graduação	Maria Lucilena Gonzaga Costa
Pró-Reitor de Extensão	Nelson José de Souza Júnior
Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal	Ícaro Duarte Pastana
Pró-Reitor de Relações Internacionais	Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	Maria Iracilda da Cunha Sampaio
Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Cristian Mayko Carvalho da Costa
Prefeito Multicampi	Eliomar Azevedo do Carmo
Procuradora Geral	Fernanda Ribeiro M S Andrade

Relação dos Dirigentes da Unidade

MEMBROS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Diretora Geral
Profª. Dra. Valena Jacob Chaves

Diretora Adjunta
Prof. Dra Luanna Tomaz de Souza

Diretora Geral do Instituto de Ciências Jurídicas	Prof. Dra. Valena Jacob Chaves
Diretora Adjunta	Prof. Dra Luanna Tomaz de Souza
Secretaria Executiva	Wanilza Trindade Gama – Secretária Executiva
Secretária Executiva	Wanilza Trindade Gama
Secretária Acadêmica	Eveline Vaz Costa
Assessora Pedagógica	Mariana Trindade da Paz Wanzeler
Coordenador de Pesquisa e Extensão	Krishina Day Carrilho Bentes Lobato Ribeiro
Coordenador de Ensino	Marcia Cristina dos Santos Rego
Coordenadora de Acompanhamento de Egressos	Patricia Kristiana Blagitz Cichovski
Coordenador de Prática Jurídica	Alexandre Coutinho da Silveira
Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos	Cristina Figueiredo Terezo Ribeiro
Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas	Alexandre Coutinho da Silveira
Secretário do Núcleo de Práticas Jurídicas	Mário Domingos Castro Maranhão Wolf
Atendimento ao usuário	Maria Beatriz Vieira Vital -
Atendimento ao usuário	Regina Lucia Neves Pinto -
Coordenadora de Diversidade e Inclusão social	Manuela Bitar Lelis dos Santos Pickerell
Coordenador de Planejamento, Gestão e Avaliação	Marcelo Lavareda Santos
Divisão de Controle Financeiro e Planejamento	Rayane Sue Even Carneiro de Paiva

Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional	Rui da Silveira
Divisão Administrativa	Roberto Pantoja Machado
Seção de Gestão de Pessoal	Roberto Pantoja Machado
Seção de Registro e Controle de Material	Joyce Correa Fontes
Seção de Infraestrutura	Jorge Rodrigues Bastos
Chefe da Biblioteca do ICJ	Karina Freitas Rodrigues
Bibliotecária	Jessica Andrade Figueiredo
Atendimento ao usuário	Samuel da Rocha Serruya
Atendimento ao usuário	Mariza de Nazaré R. da Costa
Atendimento ao usuário	Valfredo Nunes Teixeira
Setor de Informática e Tecnologia da Informação	Rafael Wellington leal Pantoja
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito	Breno Baía Magalhães
Vice- Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito	Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães
Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito	Alessandra Liliane N. da A. Borges Jessika Jhenniffer da S. Carvalho Gleice de Jesus
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia	Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith
Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia	Luly Rodrigues da Cunha Fischer
Secretario do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia	Deivan Cristian Rodrigues de Sousa
Diretora da Faculdade de Direito	Maria Stela Campos da Silva
Vice-Diretora da Faculdade de Direito	Eliana Maria de Souza Franco Teixeira
Secretaria da Faculdade de Direito	Diego Marcelo de Miranda Barroso Lemoel Silva Costa Pedro Furtado Ferreira Wuendy Campos da Silva
Coordenadora de Estágio	Luma Cavaleiro de Macedo Scaff

CONSELHO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

REPRESENTAÇÃO	NOME
Diretora Geral	Profª. Dra. Valena Jacob Chaves
Diretora Adjunta	Profª. Dra. Luanna Tomaz de Souza
Coordenador do PPGD	Profº. Breno Baía Magalhães
Vice-Coordenadora do PPGD	Prof.ª Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães
Coordenadora do PPGDDA	Profª. Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith
Vice-Coordenadora do PPGDDA	Profª Luly Rodrigues da Cunha Fischer
Diretora da Faculdade de Direito	Profª Maria Stela Campos
Vice-Diretora da Faculdade de Direito	Profª Eliana Maria de Souza Franco Teixeira
Coordenadora de Ensino da FAD	Profª Márcia Cristina dos Santos Rego
Coordenador de Prática Jurídica	Profº Alexandre Coutinho da Silveira
Coordenadora de Pesquisa e Extensão do ICJ	Profª Krishina Day Carrilho Bentes Lobato Ribeiro
Coordenadora de Acompanhamento de Egressos	Profª Patrícia Kristiana Blagitz Cichovski
Coordenador de Diversidade e Inclusão do ICJ	Profº Ricardo Dib Taxi
Representante Titular dos professores Associados	Profº Mário Sérgio Pamplona
Representante Suplente dos professores Associados	Profº Raimundo Wilson Gama Raiol
Representante Titular dos professores Adjuntos	Profº Francisco Sérgio Silva Rocha
Representante Suplente dos professores Adjuntos	Profº Ronald Corecha Bastos
Coordenador da CPGA	Marcelo Lavareda Santos
Representante dos Servidores Técnico-administrativos	Wanilza Trindade Gama
Representante dos Servidores Técnico-administrativos	Karina Freitas Rodrigues (Suplente)
Representante discente PPGD	Wilson Coelho Santana Neto
Representante discente PPGD	Bruno Sodré Leão (suplente)
Representante discente PPGDA	Raimundo Fabio Neri Rodrigues
Representante discente PPGDA	Antônio Thulio Souza Bessa (suplente)
Representante discente	Gabriela da Silva Nascimento
Representante discente	Cauet de Araújo Corrêa Formigosa (suplente)
Representante discente	Lucas Aquino de Moraes
Representante discente	Heitor Araújo do Nascimento (suplente)

CONSELHO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO DA FACULDADE	
Profa. Dra. Maria Stela Campos da Silva	Diretora
Profa. Dra. Eliana Maria de Souza Franco Teixeira	Vice-Diretora
Profa. Dra. Márcia Cristina dos Santos Rêgo	Coordenadora De Ensino
Profa. Dra. Luma Cavalero de Macêdo Scaff	Coordenadora De Estágio Não-Obrigatório
REPRESENTANTE DOCENTE	
EIXO FORMAÇÃO FUNDAMENTAL	
Profa. Dra. Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães	Titular
Prof. Dr. Saulo Monteiro Martinho de Matos	Suplente
EIXO FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
DIREITO CIVIL	
Profa. Dra. Márcia Cristina dos Santos Rêgo	Titular
Prof. Dr. Dennis Leite	Suplente
Prof. Dr. Ricardo Dib Taxi	Suplente
DIREITO EMPRESARIAL	
Profa. Dra. Luma Cavaleiro de Macedo Scaff	Titular
Profa. Dra. Luciana Gluck Paul	Suplente
DIREITO SOCIAL	
Prof. Dr. João Daniel Daibes Resque	Titular
Prof. Dr. Breno Baía Magalhães	Suplente
Prof. Me. Wilson Rodrigues Ataíde Junior	Suplente
DIREITO DIFUSO E COLETIVO	
Profa. Dra. Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith	Titular
Prof. Dr. Aleph Hassan Costa Amin	Suplente
Prof. Dr. Francisco Sérgio Silva Rocha	Titular
Profa. Dra. Krishina Day Carrilho Bentes Lobato Ribeiro	Suplente
Profa. Dra. Patrícia Kristiana Blagitz Cichovski	Suplente
DIREITO PENAL	
Prof. Dr. Raimundo Wilson Gama Raiol	Titular
Profa. Dra. Manuela Bitar Lelis dos Santos Pickerell	Suplente
DIREITO PROCESSUAL	
Prof. Dr. Alex Lobato Potiguar	Titular
Profa. Dra. Gisele Santos Fernandes Góes	Suplente
EIXO FORMAÇÃO PRÁTICA	
Prof. Dr. Alexandre Coutinho da Silveira	Titular
Profa. Dra. Maria Alida Soares Van Den Berg	Suplente

REPRESENTAÇÃO TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	
Diego Marcelo de Miranda Barroso	Titular
Mario Domingos Castro Maranhão Wolf	Suplente
Aleksandra do Socorro Marques Barreto	Titular
Regina Lúcia Neves Pinto	Suplente
REPRESENTAÇÃO DISCENTE	
Gabriela da Silva Nascimento	Titular
Francisco Manoel Nascimento Barbosa	Suplente
Maria Eduarda de Oliveira Rodrigues	Titular
João Paulo Ferreira Malcher	Suplente
Lucas Aquino de Moraes	Titular
Ygor Alexandre Jaques Moreira	Suplente
Heitor Araújo do Nascimento	Titular
Leandro da Silva Ferreira Leal	Suplente
Shalana Emily Rosa da Silva	Titular
Bárbara Cristina Sarmento Paixão	Suplente

COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO

PRESIDENTE	Saulo Monteiro Martinho de Matos
MEMBROS DOCENTES	Membros - Docentes
	Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith
	Antônio Gomes Moreira Maués
	Celso Antônio Coelho Vaz
	Cristina Figueiredo Terezo Ribeiro
	Daniella Maria dos Santos Dias
	Dennis Verbicaro Soares
	Eliane Cristina Pinto Moreira
	Fernando Facury Scaff
	Girolamo Domenico Treccani
	Jane Felipe Beltrão
	Jean Francois Yves Deluchey
	Jose Cláudio Monteiro de Brito Filho
	Jose Heder Benatti
	Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin
	Luly Rodrigues da Cunha Fischer
	Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff.
	Marcus Alan de Melo Gomes
	Maria Stela Campos da Silva
	Ney Stany Morais Maranhão
	Pastora do Socorro Teixeira Leal
	Paula Regina Arruda de Azevedo
	Paulo Sergio Weyl Albuquerque Costa
	Rosalina Moitta Pinto Da Costa
	Saulo Monteiro Martinho De Matos
	Valena Jacob Chaves Mesquita
	Victor Sales Pinheiro
REPRESENTANTES DISCENTES	Filipe Augusto Oliveira Rodrigues
	Maria Sebastiana Barbosa Pinheiro
REPRESENTANTES TÉCNICOS	Jessika Jhenniffer da Silva Carvalho
	Maria Beatriz Vieira Vital

Mensagem do Dirigente

Prezados membros da comunidade acadêmica e da sociedade,

O Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA apresenta, pautado pelo compromisso com a transparência, o Relatório Anual de Atividade (RAA). Mais que um documento administrativo, é em sua essência um instrumento de consulta pública que sintetiza os avanços e os obstáculos que a entidade enfrentou no ano de 2025.

O Relatório Anual de Atividades (RAA) é uma ferramenta flexível de gestão que permite a identificar, ajustar e alinhar as metas prevista do Plano de Desenvolvimento da Unidade -PDU as diretrizes do Plano de desenvolvimento da Instituição- PDI. Seu propósito é permitir o uso e a aplicação eficiência dos recursos públicos disponíveis, convertendo metas e ações em serviços de interesse social. Dominar esse instrumento de gestão permitiu a equipe técnica superar os obstáculos e avançar com segurança rumo a uma gestão mais eficiente, transparente e justa, sempre buscando atingir a excelência na qualidade dos serviços.

. Convidamos a sociedade através desse relatório conhecer nosso trabalho e acompanhar nossos acertos e desafios. Reafirmam nosso compromisso com a transparência pública, com o zelo na gestão dos recursos público e com o desafio de manter a universidade pública aberta a todos com ensino gratuito, inclusivo e sustentável.

Belém (PA), 10 de janeiro de 2026
Profa. Dra. Valena Jacob Chaves
Diretora Geral do ICJ/UFPA

Sumário

1 Visão Geral da Unidade 1
2 Organização Administrativa 6
2.1 Organograma 7
2.2 Competências da Unidade e Subunidades 8
2.3 Dirigentes da Unidade 24
3 Planejamento da Unidade 26
3.1 Análise dos Resultados Alcançados a partir PDU 27
3.2 Ações relevantes não previstas no PDU e PGO 31
4 Gestão Orçamentária e Financeira 32
5 Gestão de Pessoal 36
5.1 Expansão da Estrutura de Pessoal 37
5.2 Qualificação da Força de Trabalho 37
5.3 Capacitação da Força de Trabalho 39
6 Infraestrutura 40
6.1 Infraestrutura Física 41
6.2 Infraestrutura de Tecnologia da Informação 44
7 Sustentabilidade 45
7.1 Plano de Logística Sustentável 46
7.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 48
8 Oferta de Cursos Novos de Graduação e Pós-Graduação 56
9 Empresas Juniores 58
10 Considerações Finais 60
Referências Bibliográficas 62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desempenho dos indicadores do PDU..... **Error! Bookmark not defined.**
Tabela 2 - Quantidade de servidores previstos no PDU e em atividade em 2025..... 37
Tabela 3 - Distribuição dos servidores por nível de escolaridade/titulação 37
Tabela 4 – Capacitação de servidores da UFPA por modalidade 39
Tabela 5 – Quantitativo de servidores capacitados e em atividade em 2025..... 39
Tabela 6 - Expansão do espaço físico da unidade conforme PDU..... 41
Tabela 7 - Expansão da infraestrutura de TI, conforme PDU..... 44
Tabela 8 - Cursos previstos ou não no PDU de graduação ou pós-graduação 57
Tabela 9 - Empresas juniores da unidade..... 59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Informações dos dirigentes por subnidade 24
Quadro 2 - Desempenho do orçamento de custeio e capital no exercício por plano interno..... 33
Quadro 3 - Ações relacionadas à gestão ambiental e sustentável 46
Quadro 4 - Programas, Projetos, Ações ou Iniciativas vinculadas aos ODS..... 48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da Unidade 7

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
Ascom – Assessoria de Comunicação institucional
Audin – Auditoria Interna
CEPS – Centro de Processos Seletivos
CIAC – Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos
CPC - Conceito Preliminar de Curso
CPPAD – Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
CTIC – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação
Diavi – Diretoria de Avaliação Institucional
Digest – Diretoria de Gestão Estratégica
Dinfi – Diretoria de Informações Institucionais
Diplan – Diretoria de Planejamento
FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
ICA - Instituto de Ciências da Arte
IFPA – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IQGA - Índice de qualificação de Gestão Acadêmico-administrativa
IQGRAD - Índice de qualidade dos cursos de graduação da Unidade
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA - Lei Orçamentária Anual
NITAE² - Núcleo de Inovação em Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDU – Plano de Desenvolvimento da Unidade
PGO - Plano de Gestão Orçamentária
PI - Plano Interno
Proad - Pró-Reitoria de Administração
Proeg - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Proex - Pró-Reitoria de Extensão
Progep - Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal
Prointer - Pró-Reitoria de Relações Internacionais
Propesp - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Proplan – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
RAA - Relatório Anual de Atividades
RAT - Reunião de Avaliação Tática
SAEST – Superintendência de Assistência Estudantil
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
Sinpeg – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão
TCU – Tribunal de Contas da União
UFPA – Universidade Federal do Pará

VISÃO GERAL DA UNIDADE

Clique aqui para digitar texto.

1- VISÃO GERAL DA UNIDADE

O Plano de Desenvolvimento do Instituto de Ciências Jurídicas trata do desdobramento da estratégia da Universidade Federal do Pará por meio de um planejamento tático, traduzindo os objetivos gerais e as estratégias da alta administração em objetivos e metas mais específicas e claras para as unidades.

Figura 1: Níveis de atuação do planejamento

Fonte: Elaborado pelos autores

A elaboração deste PDU seguiu a organização e modelos sugeridos pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), com as devidas adequações necessárias para que esteja de acordo com as características do ICJ. Neste sentido, este PDU apresenta as metas e as ações que serão priorizadas através da potencialização dos recursos disponíveis e necessários para o alcance dos objetivos contidos neste documento.

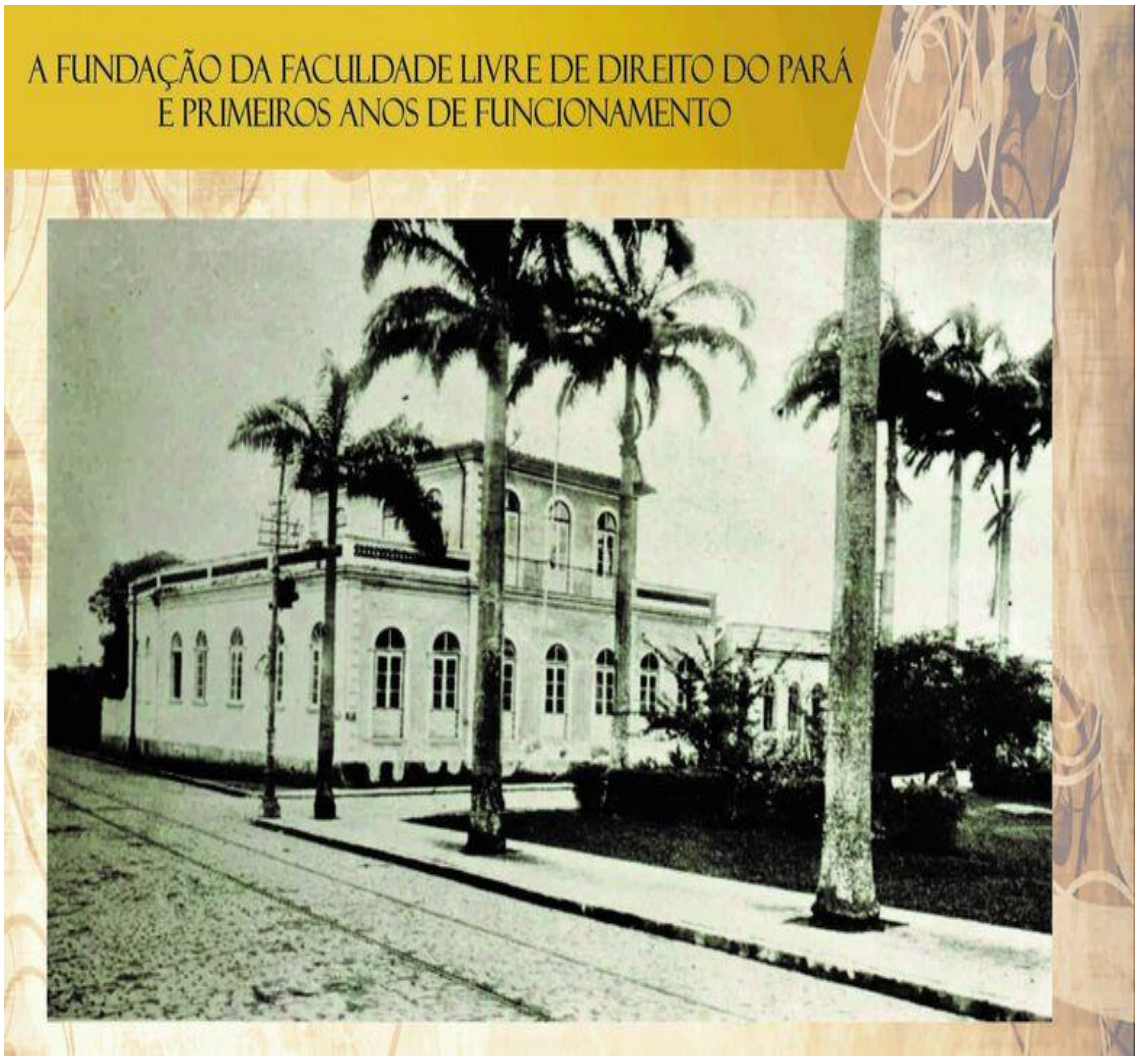
A Elaboração do PDU do ICJ ocorreu de maneira democrática e pública, com a participação de todos os setores da Instituição. Por meio de reuniões realizadas, setoriais e conjuntas, decidiu-se na fragmentação de proposições por setor, com a criação de metas e ações para os anos contemplados neste PDU. Em momento posterior, foram reunidos os

documentos produzidos nos setores para a composição de um único. Este, por seu turno, e após as delimitações devidas com base em nossas realidades, foram as bases que constituíram este PDU.

1.1 HISTÓRICO

A história do Curso de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA), que é um dos mais antigos do país, datado de 1902, é o próprio marco do ensino do Direito no Norte do País. Em 2020, ele comemorou 118 anos de existência e 40 anos que teve a sede transferida do antigo casarão situado no Largo da Trindade, em Belém, - onde passou a funcionar a sede da Ordem dos Advogados do Brasil seção Pará (OAB-PA) - para integrar o hall de cursos da UFPA, no campus do Guamá.

Imagem 1. Antigo casarão situado no Largo da Trindade



Fonte: Retirado do acervo do ICJ

Inicialmente, a Faculdade Livre de Direito teve seu Curso mantido por verbas públicas a pedido do então Governador do Estado, Augusto Montenegro, junto ao poder Legislativo Estadual.

Em 17/09/1931, a Faculdade deixou de ser livre para ser estadual e, dezenove anos depois, finalmente, se tornar Federal e em 1957, se juntar à outras Faculdades existente no Estado.

Essa junção marcou o início da formação da Universidade Federal do Pará, por Faculdades movidas por transformações e necessidades de mudanças no Ensino Federal de Graduação, agrupando-se em áreas de interesse, surgindo dessa maneira os Centros.

Mais tarde, a nomenclatura de Centro foi substituída por Instituto - O Instituto de Ciências Jurídicas, que passou a abrigar a Faculdade de Direito, englobando o Ensino de Graduação, Pesquisa e Extensão. Em 1994, o Curso de Direito foi interiorizado para os Campi de Santarém e Marabá. No mesmo ano, também foram implantados os Cursos de Pós-Graduação permanentes.

O ICJ é disciplinado pelo Estatuto e Regimento Geral da UFPA, pelo seu Regimento e pelas normas complementares que forem baixadas pelos Órgãos Deliberativos da Administração Superior e, na esfera de sua competência, pelas Resoluções de sua Congregação.

O ICJ é órgão interdisciplinar, com autonomia acadêmica e administrativa, que tem como objetivos proporcionar o ensino por meio de cursos regulares de graduação e de pós-graduação, bem como a pesquisa e a extensão na forma do Estatuto e do Regimento Geral da UFPA.

Para a realização de seus objetivos, o Instituto de Ciências Jurídicas deverá cumprir a política de ensino, de pesquisa e de extensão na forma prevista no Estatuto e no Regimento Geral da UFPA, em consonância com as diretrizes dos projetos pedagógicos de suas subunidades acadêmicas, por meio de uma programação anual estabelecida pela Congregação e supervisionada pela Coordenação Acadêmica.

Para a consecução dos seus objetivos, o Instituto de Ciências Jurídicas promoverá: I- Permanente avaliação de seus projetos pedagógicos; II- O planejamento das políticas de extensão e pesquisa em consonância com as diretrizes dos projetos pedagógicos de suas subunidades acadêmicas.

O Instituto de Ciências Jurídicas poderá propor a celebração de acordos com entidades nacionais e estrangeiras.

- **Missão:**
  Produzir, difundir e aplicar o conhecimento jurídico, através da pesquisa, ensino e extensão, visando à formação de profissionais habilitados a contribuir para o fortalecimento de relações sociais, culturais e econômicas, em especial na Amazônia, pautadas pela ética, solidariedade e justiça.

- **Visão**:
  Constituir-se em Centro de excelência no ensino, pesquisa e extensão das Ciências Jurídicas, visando a qualificação profissional com ênfase nas questões amazônicas.

Por toda sua história de funcionamento, o ICJ apresentou à frente de sua gestão os seguintes dirigentes:

Quadro 1. Histórico dos dirigentes da Unidade

NOME DIRIGENTE	PERÍODO DA GESTÃO
Milton Augusto de Brito Nobre	01/1998 a 12/1999
Luiz Fernando de Paiva Neves	08/2000 a 08/2004
Luiz Fernando de Paiva Neves	12/2004 a 12/2007
Antônio José de Mattos Neto	05/2008 a 05/2012
Antônio José de Mattos Neto	05/2012 a 05/2016
José Heder Benatti	05/2016 a 05/2020
Valena Jacob Chaves	05/2020 a 05/2024
Valena Jacob Chaves	05/2024 a 05/2028

Os fatos históricos relevantes de implementação e desenvolvimento da Unidade são apresentados abaixo ordenados cronologicamente:

- 1902 – Criação da Faculdade Livre de Direito;
- 1931 – A faculdade Livre de Direito passou a ser estadual;
- 1957 – A Faculdade de Direito deixou de ser estadual para ser Federal;
- 1984 - Foi reconhecido pela CAPES o Curso de Mestrado em Direito Público;
- 1985 – Criação do Centro de Ciências Jurídicas;
- 1987 - O PPGD passou por um processo de reformas, que deram origem a duas Áreas de Concentração: Instituições Jurídico-Políticas e Instituições Jurídicas e Sociais na Amazônia;
- 1994 – Expansão da Faculdade de Direito para os Campi de Marabá e Santarém;

- 2003 - O curso de Doutorado foi aprovado e implantado;
- 2004 - O PPGD aprovou proposta no Edital para Criação de Mestrados em Direitos Humanos, patrocinado pela Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford;
- 2005 – O PPGD passou a oferecer a área de Concentração em “Direitos Humanos”, tanto em nível de Mestrado quanto de Doutorado;
- 2007 – Criação do Instituto de Ciências Jurídicas;
- 2008 – Criação do Programa de Pós-Graduação em Direitos em Humanos;
- 2012 - Criação da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia;
- 2015 - Criação do Núcleo Docente Estruturante da Faculdade de Direito;
- 2017 – Criação da Clínica de Atenção à Violência (2017)
- 2020 – Criação do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia;
- 2022 – Criação da Clínica de Combate ao Trabalho Escravo, Frei Henry des Rozieres;
- 2023 - Criação da Clínica de Direito à Cidade, Prevenção e Tratamento Adequado de Conflitos Público-Privados na Amazônia – Multivercidades.

Organização Acadêmico-Administrativa

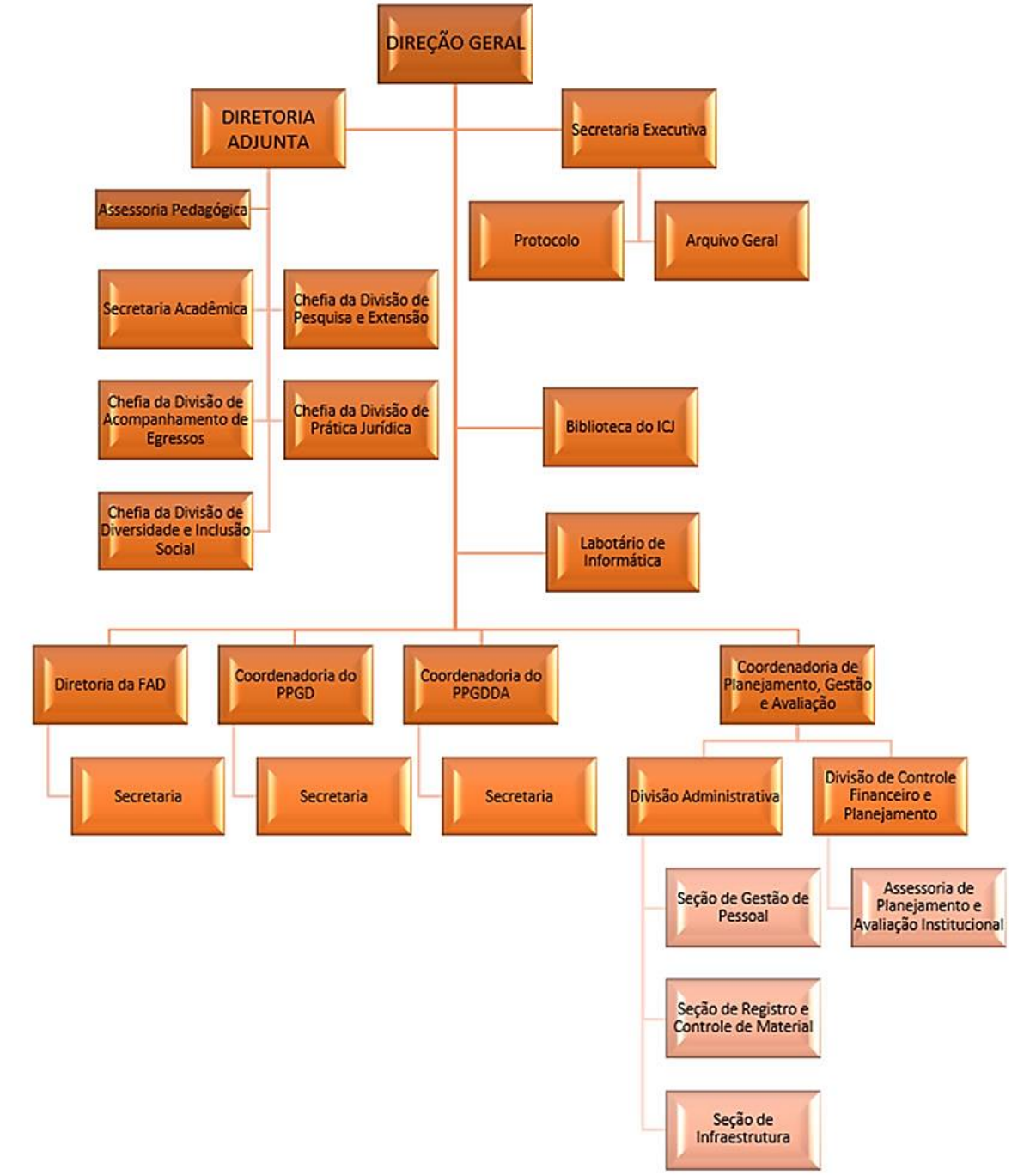
Em meados do ano de 2020, a gestão do ICJ, sob a direção geral da Professora Dra. Valena Jacob Chaves, a partir de diversas reuniões ocorridas no próprio Instituto, instituiu a nova estrutura organizacional da Unidade, por meio de um novo Regimento Interno (Resolução do Consepe nº 850, de 06 de OUTUBRO de 2022). O processo para se construir esta nova configuração foi um esforço coletivo dos setores/subunidades do ICJ, com destaque a atual direção geral que lançou a proposta e iniciou os trabalhos para sua efetivação.

A nova organização, que em verdade podemos caracterizar como uma atualização, se configurou na busca da eficiência e dinamismo entre os setores do ICJ. Ou seja, melhorar e renovar as rotinas administrativas do Instituto, assim como adequar alguns setores às atividades prevista para o novo Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito. Segue o Organograma em vigor:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

2.1 Organograma

Figura 1 - Organograma da Unidade



Fonte: Icj

Clique aqui para digitar texto.

2.2 Competências da Unidade e Subunidades

Clique aqui para digitar texto.

2.2.1 Direção Geral do ICJ

- Administrar e representar o Instituto;
- Supervisionar, em conjunto com a Congregação, a atuação das subunidades acadêmicas e administrativas;
- Manifestar-se sobre pleitos e reivindicações das subunidades acadêmicas e administrativas perante os 10 órgãos superiores da Universidade Federal do Pará;
- Convocar e presidir as reuniões da Congregação;
- Cumprir e fazer cumprir, no que se referir ao Instituto, as disposições do Estatuto, do Regimento Geral da UFPA, das deliberações dos colegiados superiores e as deste Regimento;
- Distribuir os servidores técnico-administrativo lotado no Instituto;
- Assinar diplomas e certificados;
- Instituir comissões, por delegação ou não da Congregação, para estudos de temas e execução de projetos específicos;
- Adotar, em caso de urgência, medidas indispensáveis, ad referendum da Congregação, submetendo seu ato a ratificação desta no prazo máximo de dez (10) dias;
- Apresentar à Congregação, até um mês após o encerramento do ano letivo, relatório das atividades desenvolvidas, acompanhado de propostas visando o aperfeiçoamento das atividades do Instituto, encaminhando-o à instância competente;
- Resolver casos omissos ad referendum, da Congregação.

2.2.2 Direção-Adjunta do ICJ

- Substituir o Diretor-Geral em suas faltas e impedimentos;
- Colaborar com este na supervisão das atividades didático-científicas e administrativas da Unidade Acadêmica
- E desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo titular ou determinadas pela Congregação da Unidade Acadêmica.

2.2.3 Secretaria Executiva do ICJ

- Executar as atividades pertinentes aos serviços técnicos administrativos do Instituto;
- Secretariar as reuniões da Congregação do Instituto e outras determinadas pela Direção;
- Secretariar as solenidades de colação de grau;
- Organizar, conservar e providenciar o arquivamento dos documentos do Instituto;
- Selecionar os documentos referentes à história dos cursos do Instituto, desde a sua origem;
- Providenciar o encaminhamento de expedientes e adotar medidas urgentes, necessárias à continuidade dos serviços;
- Apoiar a realização de concursos públicos e processos seletivos;

- Registrar a entrada e saída de documentos e processos no Instituto;
- Encaminhar, acompanhar e informar a tramitação dos documentos e processos;
- Homologar, por meio do SIGAA, as ofertas encaminhadas pela Faculdade de Direito, bem como proceder os ajustes de vagas, quando necessário, mediante solicitação da Faculdade. Por oferta, compreende-se o planejamento das disciplinas, dos horários, dos dias da semana, das vagas, das indicações de docentes e dos locais de realização das aulas;
- Organizar e manter atualizado um cadastro de Instituições nacionais e estrangeiras conveniadas com a UFPA, na área de atuação do Instituto
- Outras atividades compatíveis com suas atribuições, que lhe forem cometidas pela Direção do Instituto.

2.2.4 Direção Acadêmica, exercida pelo Diretor Adjunto

- Planejar a distribuição da carga horária dos docentes lotados no Instituto, em conjunto com as subunidades acadêmicas;
- Acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto, em conjunto com os órgãos competentes das subunidades;
- Desenvolver, em conjunto com a Coordenação de Planejamento e Gestão, estudos de racionalização acadêmico-administrativa, elaborando manuais de procedimentos;
- Proceder à análise e acompanhamento dos Planos Individuais de Trabalho dos docentes, propondo à Direção as medidas que se fizerem necessárias;
- Desenvolver atividades de assessoramento à elaboração de projetos político-pedagógicos;
- Elaborar o relatório anual do Instituto, a partir da consolidação dos relatórios das subunidades, utilizando roteiro básico definido pela PROPLAN;
- Articular com os órgãos da UFPA visando a assegurar o fluxo sistemático de informações na esfera de sua competência;
- Coordenar as atividades de auto avaliação do Instituto e de suas subunidades, de acordo com as diretrizes da UFPA;
- Propor e implementar normas para o constante aperfeiçoamento e controle das suas atividades e serviços;
- Assessorar coordenadores e pesquisadores na captação de recursos externos para financiamento de programas e projetos, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;
- Estimular pesquisadores no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão
- Coletar e organizar os dados de projetos e realizações do Instituto, visando a racionalização, o desenvolvimento e o acompanhamento dos mesmos;
- Avaliar e controlar resultados de implantação de programas e projetos acadêmicos do Instituto;
- Organizar e manter atualizado o cadastro central das atividades acadêmicas em andamento no Instituto;
- Levantar dados e avaliar o desempenho profissional do egresso dos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de Ciências Jurídicas, visando estabelecer perfis acadêmicos;
- Colaborar na realização e divulgação de Seminários;
- Propor e implementar ações de apoio aos discentes, em especial para indígenas, quilombolas, discentes com deficiência e estrangeiros;

- Estimular o desenvolvimento da pós-graduação stricto sensu e lato sensu no ICJ;
- Outras atribuições que lhes forem cometidas pela Congregação;
- Promover a divulgação de publicações, eventos e calendários de atividades de ensino, de extensão e de pesquisa do Instituto;
- Estimular as atividades de Prática Jurídica no Instituto de Ciências Jurídicas;
- Acompanhar e analisar qualitativa e quantitativamente os resultados do Programa Avalia UFPA por período letivo, objetivando identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis à aprendizagem para a consolidação dos pontos fortes e definição de estratégias para superação dos pontos deficitários do ensino dos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto.

2.2.5 Assessoria Pedagógica

- Apoiar a implementação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso;
- Planejar e desenvolver atividades de capacitação pedagógica para os docentes do ICJ;
- Registrar e Assessorar a captação de recursos internos e externos para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Acompanhar os alunos PCD's em seus percursos acadêmicos;
- Acompanhar os discentes indígenas e quilombolas em suas aprendizagens;
- Assessorar a Coordenadoria de Acompanhamento de Egressos;
- Assessorar pedagogicamente o planejamento e a distribuição da carga horária dos docentes lotados no Instituto, em conjunto com as subunidades acadêmicas;
- Assessorar e acompanhar pedagogicamente os docentes e discentes que necessitem;
- Assessorar à Direção Acadêmica na análise do Programa Avalia UFPA, nos termos do previsto no inciso XXII do art. 29 deste Regimento;
- Apoiar as atividades de monitoria e estágio docência do Instituto, bem como os demais projetos de ensino.

2.2.6 Secretaria Acadêmica

- Apoiar e secretariar todas as atividades da Direção Acadêmica, esta última exercida pela Direção Adjunta;
- Secretariar as reuniões do Núcleo Docente Estruturante – NDE;
- Registrar os projetos de pesquisa, ensino e extensão do ICJ, bem como os Grupos de Pesquisa e Estudo do ICJ;
- Outras atribuições que lhes forem cometidas pela Direção Adjunta.

- **Coordenadoria de Pesquisa e Extensão**

- Articular redes de pesquisa e viabilizar projetos de pesquisa e extensão em colaboração entre pesquisadores atuando em diferentes Institutos e programas de Pós-Graduação, facilitando a mobilidade, o intercâmbio e o acesso dos diferentes grupos à infraestrutura de pesquisa existente;
- Estimular e apoiar a elaboração de projetos de pesquisa e extensão pelos docentes do ICJ, com o objetivo de promover a ampliação e captação de recursos em editais externos e internos;

- Estimular a produção científica do ICJ, levantando-a periodicamente e divulgando-a amplamente;
- Estimular as publicações dos resultados dos projetos de pesquisas e extensão desenvolvidos no Instituto por meio de revistas, anais e coletâneas;
- Apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas;
- Exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições.

2.2.7 Coordenadoria de Acompanhamento de Egressos

- Desenvolver ações que favoreçam a inserção profissional e social dos egressos dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da UFPA;
- Realizar estudos sobre a inserção profissional e social dos egressos dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito da UFPA;
- Contribuir com a avaliação institucional dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito, no que se refere a inserção profissional dos egressos;
- Manter atualizadas as informações pessoais e profissionais dos egressos dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito;
- Identificar demandas profissionais e sociais de bacharéis em direito no setor público e no setor privado;
- Promover o contato dos egressos dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito com instituições demandantes do setor público e do setor privado;
- Apresentar relatório anual do acompanhamento de egressos;
- Exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições.

2.2.8 Coordenadoria de Prática Jurídica

- Desempenhar a coordenação do Núcleo de Prática Jurídica;
- Acompanhar o cumprimento de carga horária e conteúdo programático das disciplinas práticas;
- Desenvolver convênios que estimulem as atividades práticas no Instituto;
- Estimular e acompanhar o desenvolvimento das clínicas jurídicas;
- Apresentar relatório anual das atividades práticas desenvolvidas no Instituto.

Ressalta-se que a Coordenadoria de Prática Jurídica possuí em seu organograma, conferir Figura 2, subunidades vinculadas, são elas: Secretaria, as Clínicas jurídicas – Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CDHA); Clínica de Atenção à Violência (CAV) – e o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

2.2.8.1 Secretaria da Prática Jurídica

- Desenvolver ações voltadas para o acompanhamento das atividades práticas dos discentes;
- Apoiar todas as atividades da Coordenadoria de Prática Jurídica

2.2.8.2 Clínicas Jurídicas

- ✓ Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA)

A CIDHA adota a metodologia da educação clínica para ensinar o Direito em casos de violações de Direitos Humanos e oferece Programa de Residência Jurídica para jovens advogadas e advogados, além de possuir vagas regulares de estágio para discentes da Graduação e da Pós-Graduação.

Iniciou suas atividades voltada fundamentalmente para questões socioambientais rurais e intervenção na área internacional dos Direitos Humanos. Com a expansão do corpo docente, suas ações na área socioambiental foram ampliadas para os temas fundiário urbano e a prática do trabalho escravo, os quais colocam o Estado do Pará no triste ranking de primeiro lugar em conflito fundiário e uso de mão-de-obra escrava. Seus objetivos são:

- Apoiar a sociedade civil e o Poder Público em ações de respeito aos direitos humanos;
- Identificar e estudar casos paradigmáticos de violações dos direitos humanos;
- Fomentar, quando necessário, a proposição de demandas judiciais nacionais e internacionais na defesa dos direitos humanos, proporcionando vivência processual aos estudantes, em parceria com outras entidades;
- Incentivar intervenções do poder público e da sociedade civil na tutela dos direitos humanos;
- Aprofundar a discussão multidisciplinar sobre direitos humanos, com enfoque na legislação agroambiental e nos tratados internacionais;
- Capacitar os estudantes para realizar pesquisas acadêmicas voltadas para os direitos humanos na Amazônia, objetivando a produção de dissertações, artigos científicos e monografias;
- Estudar a legislação, jurisprudência nacional e internacional dos direitos humanos, confeccionando bancos de dados;
- Realizar atividades de formação e capacitação com agentes sociais e gestores públicos que atuam nas diversas temáticas dos direitos humanos;
- Consolidar a rede de clínica de direitos na região amazônica;
- Participar de audiências e sessões de órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos.

2.2.8.3 Clínica de Atenção à Violência (CAV)

A Clínica de Atenção à Violência (CAV), projeto do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da UFPA, em parceria com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Amazônia (NEIVA), atende pessoas em situação de violência, em especial de grupos vulneráveis, como crianças, mulheres, idosos e LGBTs. Por tratar da violência como uma questão

interdisciplinar, a CAV conta com bolsistas e acadêmicos de diversas áreas, tais como Enfermagem, Odontologia, Psicologia, Direito e Serviço Social. Seu objetivo norteador:

- Fornecer aconselhamento jurídico e apoio psicossocial, além de cuidados com a saúde da vítima atendida.

2.2.8.4 Núcleo de Prática Jurídica (NPJ)

Supervisionar, controlar e manter o estágio de prática jurídica simulada e real;

- Aprovar os projetos de aplicação das atividades prática simuladas e reais elaborados pelos professores e supervisores;
- Aprovar os modelos de instrumentos necessários aos serviços de assistência jurídica e judiciária;
- Prestar serviço de assistência jurídica e judiciária gratuito, diretamente ou em convênio com outras entidades;
- Atuar em conjunto com órgãos jurisdicionais implantados nas dependências da UFPA, prestando-lhes o apoio necessário, conforme previsto em convênio;
- Promover a avaliação dos alunos estagiários;
- Aprovar projetos de atividades interdisciplinares, envolvendo o NPJ e a participação de professores e alunos de outros cursos da UFPA;
- Aprovar projeto de estágio profissional de advocacia, de caráter extracurricular, mediante convênio com a OAB;
- Aprovar projeto de estágio alternativo, de caráter curricular, consistente na realização de pesquisa e na integração de alunos estagiários a programas de extensão;
- Aprovar projeto de estágio externo, de caráter curricular, em órgãos públicos, inclusive judiciários, ou em entidades particulares;
- Sugerir e aprovar alterações acerca da matéria de sua competência.

2.2.8.5 Coordenadoria de Diversidade e Inclusão

- Realizar estudos sobre a o fortalecimento da diversidade e inclusão social no âmbito dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito;
- Manter atualizadas as informações pessoais de indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, refugiadas e demais grupos vulnerabilizados no âmbito do ICJ/UFPA, identificando suas demandas;
- Propor ações de enfrentamento à discriminação e a violência no âmbito do ICJ/UFPA;
- Apoiar ações voltadas à inclusão social e ao fortalecimento da diversidade no âmbito do ICJ/UFPA;

2.2.9 Biblioteca setorial

- Cumprir e fazer cumprir o Regimento e os Regulamentos do Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFPA;
- Cumprir as Políticas de Formação e Desenvolvimento de Coleções, de Processamento Técnico e outras com padrões, normas e procedimentos estabelecidos pela Coordenação do Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFPA;
- Elaborar o Regimento Interno de funcionamento da Biblioteca, em consonância com as normas e procedimentos do SIBI/UFPA;

- Planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades inerentes a cada Biblioteca;
- Atuar de forma cooperativa visando à melhoria da qualidade global dos serviços e produtos das Bibliotecas integrantes do SIBI/UFPA;
- Promover o acesso equitativo da informação e a divulgação do acervo, serviços e produtos;
- Coletar e sistematizar a produção científica impressa e em meio eletrônico dos docentes e servidores técnico administrativos gerada nos Institutos, Núcleos, Unidades Acadêmicas Especiais, Museu da UFPA e Campi do interior;
- Gerar relatórios específicos a fim de subsidiar a avaliação, manutenção e aprovação de Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
- Elaborar relatório anual com dados quantitativos e qualitativos, incluindo avaliação crítica do período e encaminhar à Direção da Unidade e Coordenação dos campi a qual a Biblioteca está vinculada e à Coordenação do Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFPA.
- Difusão interna e externa da produção cientifica do Instituto;
- Divulgar publicações, eventos e calendários de atividades de ensino, extensão e pesquisa.

2.2.10 Setor de Informática e Tecnologia da Informação

- Executar políticas, diretrizes, normas, procedimentos e suporte que orientem e disciplinem a utilização da Tecnologia da Informação do Instituto;
- Organizar e supervisionar as atividades de rede dos laboratórios do Instituto;
- Orientar os discentes quanto ao uso dos laboratórios de tecnologia da informação do Instituto;
- Criar os perfis para docentes, técnicos e discentes acessarem a Intranet do Instituto e Sistemas Digitais, bem como prestar apoio ao acesso destes à rede WI-FI da UFPA;
- Dar suporte tecnológico e de rede às atividades realizadas de ensino, pesquisa, extensão e administração no Instituto;
- Desenvolver projetos de sistemas de Tecnologia da Informação (TI) que auxiliem as atividades realizadas no Instituto;
- Oferecer apoio técnico à Direção, demais coordenadorias e Subunidades Acadêmicas e Administrativas do Instituto;
- Orientar a aquisição de infraestrutura tecnológica de hardware e software para o Instituto;
- Pesquisar novas soluções tecnológicas para viabilizar as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração do Instituto;
- Executar as ações estruturais necessárias para manter e melhorar o desempenho de todos os sites do Instituto; assim como publicar documentos, e o que for necessário, de interesse do Instituto mediante autorização do diretor geral;
- Organizar e supervisionar, nas Subunidades Acadêmicas e nas outras seções, ações de atualização dos softwares;
- Implantar e zelar pelo cumprimento do Comitê de Segurança da Informação e Comunicação no Instituto, obedecendo aos preceitos legais da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC);
- Planejar a utilização dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto; XIV- Disseminar e incentivar o uso da Tecnologia da Informação como instrumento de melhoria do desempenho institucional;

- Controlar o acesso e seus recursos quanto ao uso da Rede, visando à sua segurança;
- Propor e executar medidas para o uso seguro das mídias sociais em nome do Instituto;
- Participar das iniciativas relacionadas à aquisição de bens e à contratação de serviços pertinentes à Tecnologia da Informação e Comunicações;
- Elaborar Plano Anual de trabalho, submetendo-o à Direção Geral;
- Manter e atualizar os serviços de informática do Instituto;
- Participar junto ao Centro de Tecnologia, Informação e Comunicação (CTIC) no processo de implantação e personificação do Sistema de Informações (SI) da UFPA, com base na demanda do Instituto, atuando como elemento articulador entre este e o CTIC/IFPA;
- Manter atualizada a página eletrônica do Instituto e de suas subunidades;
- Coordenar e supervisionar o funcionamento do Laboratório de Informática do Instituto;
- Gerir e organizar a rede do Instituto;
- Garantir a manutenção dos computadores do Instituto e, se necessário, emitir parecer técnico, para encaminhá-los ao setor competente;
- Orientar usuários quanto à utilização de equipamentos e softwares do Instituto;
- Prestar informação técnica à divisão Administrativa na aquisição de equipamentos de informática para o Instituto e na constituição de estoque de peças para a manutenção desses equipamentos;
- Orientar a utilização dos recursos audiovisuais do Instituto;
- Acompanhar e registrar o desempenho dos bolsistas sob sua responsabilidade;
- Elaborar o relatório anual do setor;
- Exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições e as que lhe forem atribuídas pela Direção e pela Congregação;
- Executar outras atividades, compatíveis com suas atribuições, que assegurem o desempenho do Instituto.

2.2.11 Laboratório de Informática Jurídico – LIJUR

- Propiciar o acesso à comunidade acadêmica do Instituto aos computadores e serviços da Laboratório, para realização de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Auxiliar os discentes cadastrados no Laboratório quanto à utilização da informática como auxílio em suas atividades acadêmicas;
- Exercer outras atividades que assegurem o eficaz desempenho do setor.

2.2.12 Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avalição

- Coordenar a elaboração do plano de atividades anuais da CPGA com as demais Divisões e Seções;
- Elaborar o Plano de Gestão Orçamentário do Instituto, em sintonia com o Plano de Desenvolvimento da Unidade;
- Proceder a estudos referentes à racionalização das atividades administrativas do Instituto;
- Apresentar proposta para aplicação anual do orçamento do Instituto;
- Elaborar relatório anual do Instituto;
- Acompanhar a manutenção dos bens patrimoniais do Instituto;

- Supervisionar o controle e a transferência, no sistema, dos bens patrimoniais do Instituto nas suas referidas subunidades;
- Proceder, anualmente, o inventário dos bens patrimoniais do Instituto;
- Acompanhar o planejamento e controle da aplicação orçamentária destinada ao Instituto;
- Realizar licitações, respeitando a lei 8.666 nos processos de demanda dos demais subunidades e Seções do Instituto;
- Receber e conferir os materiais de consumo e permanentes destinados ao Instituto, responsabilizando-se pela distribuição as seções solicitantes;
- Consolidar as demandas das seções com base em suas previsões anuais;
- Elaborar demonstrativos mensais de entrada e saída de materiais;
- Gerar e arquivar demonstrativos mensais, pelo sistema de almoxarifado da UFPA, das entradas e saídas de materiais do Instituto;
- Organizar, guardar e distribuir os materiais de consumo no almoxarifado;
- Providenciar e supervisionar os serviços de reparos e manutenção, de infraestrutura e ou bens patrimoniais, nas seções do Instituto, junto as unidades competentes da UFPA, bem como as contratadas pelo Instituto;
- Realizar relatório anual do estado de conservação dos espaços físicos, moveis e equipamentos do Instituto;
- Consolidar e apresentar os relatórios anuais do estado de conservação dos espaços físicos, moveis e equipamentos apresentados pelo Seção de infraestrutura, para a direção geral;
- Acompanhar e relatar ao setor competente os trabalhos das empresas prestadoras dos serviços de limpeza, manutenção, reforma e segurança dos prédios do Instituto;
- Solicitar a revisão dos sistemas elétricos, lógico, telefônico, hidráulicos e de esgoto, sempre que requerida ou necessária;
- Organizar e manter o cadastro atualizado dos assentamentos funcionais dos servidores lotados no Instituto;
- Instruir os pedidos dos servidores lotados no Instituto, relativos a direitos e deveres;
- Controlar o período de contratos de bolsistas e encaminhar a Coordenação da CPGA a lista dos bolsistas com no mínimo 2 meses para o seu término para homologar a sua renovação ou novos pedidos de contratação de bolsistas detalhando os recursos a serem custeados;
- Encaminhar a Coordenação da CPGA, a frequência mensal dos servidores e bolsistas lotados no Instituto;
- Exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições, que lhe forem atribuídas pela Direção e pela Congregação do Instituto.

2.2.12.1 Divisão de Controle Financeiro e Planejamento

- Elaborar Plano Anual de Trabalho da Divisão e de suas seções e submetê-lo à Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação;
- Proceder ao controle dos convênios, acordos e contratos, inclusive com análise de relatórios, parciais ou finais, das prestações de contas dos mesmos, em consonância com as normas da administração superior;
- Organizar e controlar a aplicação da dotação orçamentária destinada ao Instituto;
- Organizar e controlar a aplicação do Programa de Gestão Orçamentária (PGO/UFPA) destinada ao Instituto;
- Realizar licitações, respeitando a lei 8.666 nos processos de demanda das demais seções do Instituto;

- Auxiliar as diferentes seções do Instituto na preparação do orçamento anual;
- Executar a aplicação orçamentária destinada ao Instituto;
- Consolidar as demandas orçamentárias das seções com base em suas previsões anuais; Registrar, acompanhar e controlar as solicitações de diárias e passagens do Instituto junto ao Sistema de Controle de Diária e Passagens - SCDP;
- Registrar, acompanhar e controlar nos sistemas de materiais (SIMA), SIAFI, ComprasNet (SIASG), as demandas solicitadas do Instituto obedecendo aos critérios da Lei 8.666;
- Registrar e acompanhar no sistema os pedidos disponíveis na agenda de Compras da UFPA;
- Gerar mensalmente o controle da dotação orçamentária do Instituto;
- Controlar e acompanhar os lançamentos dos recursos gerados através da GRU, provenientes da locação de espaços físicos do Instituto e outros, bem como da Transferência de PI entre as Unidades;
- Registrar, acompanhar e controlar a contratação de Pessoa Física e Jurídicas nos sistemas de materiais (SIMA), SIAFI, ComprasNet (SIASG), as demandas solicitadas do Instituto obedecendo aos critérios da Lei 8.666;
- Acompanhar os processos do Instituto das despesas realizadas pelo Programa de infraestrutura (PROINFRA/UFPA);
- Executar a demandas da Coordenação da CPGA no que diz respeito a transferência de PI da unidade;
- Executar as demandas aprovadas pela Direção Geral do Instituto dentro do Programa de Gestão Orçamentária.

2.2.12.2 Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional

- Elaborar relatório anual do Instituto;
- Auxiliar as diferentes seções do Instituto na preparação do orçamento anual e na elaboração de planos de aplicações de convênios;
- Coordenar a elaboração do Plano de Gestão da Unidade Acadêmica em sintonia com o Plano de Desenvolvimento da UFPA;
- Elaborar, em conjunto com a Coordenação da CPGA, a proposta orçamentária anual da Unidade Acadêmica para atender as necessidades definidas em seus planos setoriais;
- Coordenar as atividades ligadas às informações gerenciais e à modernização administrativa;
- Desenvolver estudos de racionalização administrativa, elaborando, quando necessário, os manuais de procedimentos dos vários sistemas;
- Desenvolver atividades de orientação à elaboração de projetos e captação de recursos;
- Elaborar o relatório anual de atividades da Unidade Acadêmica a partir da consolidação dos relatórios das subunidades, utilizando roteiro básico definido pela PROPLAN;
- Articular-se com os órgãos da UFPA visando assegurar o fluxo sistemático de informações;
- Analisar dados estatísticos de acordo com as necessidades do Instituto;
- Executar as atividades de auto avaliação institucional de acordo com as diretrizes da UFPA;
- Propor e implementar normas para o constante aperfeiçoamento e controle das suas atividades e serviços;
- Coletar dados para a confecção do relatório anual das atividades do Instituto;

- Apoio logístico às atividades científicas e pedagógicas do ICJ;
- Assessorar coordenadores e pesquisadores na captação de recursos externos para financiamento de programas e projetos, nas áreas de ensino;
- Coletar e organizar os dados dos diversos projetos, visando sua racionalização, desenvolvimento e acompanhamento;
- Avaliar e controlar resultados de implantação de programas e projetos do ICJ;
- Exercer outras atividades que assegurem o eficaz desempenho da Divisão.

2.2.12.3 Divisão Administrativa

- Elaborar Plano Anual de Trabalho da Divisão e de suas seções e submetê-lo à Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação;
- Executar, avaliar e acompanhar o orçamento do Instituto conforme o planejamento elaborado e aprovado pela Congregação;
- Manter permanente supervisão e controle dos bens patrimoniais e físicos afetos ao Instituto, inclusive sua manutenção e movimentação;
- Coordenar, anualmente, o inventário dos bens patrimoniais sob a responsabilidade do Instituto;
- Prestar apoio aos programas e projetos institucionais na execução de seus orçamentos e finanças;
- Preparar e apresentar à coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação relatório anual da Divisão, com base nas informações de suas Seções;
- Controlar o período de contratos de bolsistas e encaminhar a Coordenação da CPGA a lista dos bolsistas com no mínimo 2 meses para o seu término para homologar a sua renovação ou novos pedidos de contratação de bolsistas detalhando os recursos a serem custeados;
- Encaminhar a Coordenação da CPGA sempre que solicitado a frequência mensal dos servidores e bolsistas lotados no Instituto;
- Apurar, em tempo hábil, a frequência mensal dos servidores técnico-administrativos e de bolsistas lotados no Instituto, encaminhando-a à Coordenação da CPGA;
- Acolher e apresentar os novos servidores/egressos do Instituto;
- Instruir os processos de avaliação dos novos servidores nas locações dos mesmos as suas chefias imediatas;
- Solicitar a revisão dos sistemas elétricos, lógico, telefônico, hidráulicos, e de esgoto, informando à Coordenação da CPGA sempre que requerida ou necessária;
- Solicitar anualmente ao Setor de Registro e Controle de Material o levantamento de estoque do almoxarifado do instituto;
- Realizar consultas anuais, das necessidades de materiais de expediente, as subunidades do instituto para auxiliar na solicitação anual de aquisições de materiais de consumo;
- Consolidar e apresentar os relatórios anuais do estado de conservação dos espaços físicos, moveis e equipamentos apresentados pelo Setor de infraestrutura, para a Coordenação da CPGA;
- Gerenciar os espaços físicos dos auditórios;
- Assessorar os docentes nos processos de progressão funcionais;

2.2.12.4 Seção de Gestão de Pessoal

- Organizar e manter o cadastro atualizado dos assentamentos funcionais dos servidores lotados no Instituto;
- Organizar e manter atualizada as progressões funcionais dos docentes do Instituto;
- Instruir os pedidos dos servidores lotados no Instituto, relativos a direitos e benefícios;
- Instruir e encaminhar os pedidos de contratação de bolsistas;
- Disponibilizar quando solicitado os documentos necessários da avaliação dos novos servidores pela chefia imediata;
- Auxiliar o processo de avaliação dos servidores do Instituto para conclusão com êxito;
- Acompanhar os pedidos de férias dos servidores e bolsistas do Instituto, do registro no sistema à homologação pela Direção Geral;
- Acompanhar o processo de avaliação dos novos servidores;
- Manter atualizado os registros de férias dos servidores e bolsistas;
- Mapear as necessidades de capacitação, levando em consideração habilidades, competências e atitudes necessários ao desempenho das funções dos servidores no Instituto;
- Verificar e propor, caso identificado, a necessidade de locação de recursos para a capacitação;
- Solicitar ao Capacit, cursos que atendam as demandas de capacitação dos servidores do Instituto;
- Divulgar as ações de capacitação para servidores, promovida pela UFPA;
- Criar e manter atualizado banco de dados para seleção de bolsistas do Instituto;
- Apresentar relatório semestral das ações desenvolvidas pela divisão à Coordenação da CPGA;
- Incentivar e apoiar os servidores nas iniciativas de capacitação voltada para o desenvolvimento de suas competências;
- Exercer outras atividades que assegurem o eficaz desempenho da Divisão.

2.2.12.5 - Seção de Registro e Controle de Material

- Receber, conferir e atestar a qualidade dos materiais destinados ao Instituto, responsabilizando-se por sua guarda e distribuição as diversas seções;
- Levantar junto as subunidades, anualmente, as necessidades de materiais;
- Consolidar os pedidos de materiais com base nas previsões das diversas seções;
- Prestar informações sobre esses materiais, quando julgar necessários ou recomendável;
- Elaborar demonstrativos mensais de entrada e saída de materiais;
- Gerar e arquivar demonstrativos mensais pelo sistema de almoxarifado\UFPA das entradas e saídas de materiais do Instituto;
- Controlar e manter atualizado o inventário dos bens de consumo e permanentes do Instituto de Ciências Jurídicas;
- Controle dos bens patrimoniais do Instituto;
- Averiguar anualmente o estado de conservação dos bens patrimoniais do Instituto;
- Encaminhar a Coordenação da CPGA relatório anual do estado de conservação dos bens permanentes do Instituto;
- Proceder, anualmente, o inventário dos bens patrimoniais do Instituto;
- Gerar e arquivar demonstrativos mensais pelo sistema de patrimônio\UFPA das entradas e saídas de materiais do Instituto;

- Levantar e providenciar a lista dos bens inservíveis para o seu descarte junto ao setor responsável da UFPA;
- Exercer outras atividades que assegurem o eficaz desempenho da Divisão.

2.2.12.6 - Seção de Infraestrutura

- Supervisionar os serviços de manutenção e providenciar, junto as seções competentes da UFPA, os necessários reparos das instalações do Instituto;
- Zelar pela conservação do prédio, móveis e equipamentos do Instituto;
- Acionar e acompanhar, anualmente ou quando solicitado pela Coordenação da CPGA, junto aos agentes patrimoniais quanto ao estado de conservação e funcionamento dos bens patrimoniais;
- Supervisionar o desenvolvimento do trabalho das empresas incumbidas dos serviços de limpeza e segurança dos espaços vinculados ao Instituto;
- Proceder, anualmente ou quando solicitado pelas subunidades, a revisão dos sistemas elétricos, lógico, telefônico, hidráulicos e de esgoto, bem como zelar pelo seu bom funcionamento e utilização racional, informando à Coordenação da CPGA sempre que requerida ou necessário;
- Providenciar e supervisionar os serviços de reparos e manutenção nas seções do Instituto, junto as unidades competentes da UFPA, bem como as contratadas pelo Instituto;
- Encaminhar a Coordenação da CPGA relatório anual do estado de conservação dos espaços físicos do Instituto;
- Supervisionar os trabalhos das empresas prestadoras dos serviços de limpeza, manutenção, reforma e segurança do(s) prédio(s) do Instituto;
- Acompanhar os serviços executados por contratas da UFPA ou pelo Instituto;
- Exercer outras atividades que assegurem o eficaz desempenho da Seção.

2.2.13 Faculdade de Direito

A seguir, apresentaremos as atribuições vinculadas à Faculdade de Direito, de suas direções e subunidades, conforme o organograma apresentado na Figura 2 e no Regimento da Faculdade de Direito.

Segundo seu Regimento, a Faculdade de Direito é disciplinada pelo Estatuto e Regimento Geral da UFPA, pelo Regimento do Instituto de Ciências Jurídicas e pelas normas complementares que forem baixadas pelos Órgãos Deliberativos da Administração Superior e, na esfera de sua competência, pelas Resoluções do Conselho da Faculdade.

Os seus objetivos, elencados no Artigo 3º de seu Regimento, informam que a Faculdade de Direito possuí a premissa de: promover a formação e qualificação contínua de profissionais na área do conhecimento jurídico, primando por uma formação humanística e ética que contribua para o pleno exercício da cidadania, para a promoção do bem público e para a melhoria da qualidade de vida, particularmente da região, em face das demandas sócio-político-culturais; e cumprir e fazer cumprir seu projeto político-pedagógico e demais instrumentos institucionais, em integração com o Programa de Pós-graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará.

A Direção e Vice Direção da Faculdade de Direito serão eleitos para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma (1) vez. Nas faltas ou impedimentos eventuais do Diretor do Vice-Diretor suas atribuições serão exercidas pelo Decano do Conselho da Faculdade, procedendo-se nova eleição em caso de vacância.

O Diretor e o Vice-Diretor serão eleitos dentre professores efetivos portadores de título de Doutor. §4º. A subunidade acadêmica atuará de modo interativo com os demais órgãos de natureza acadêmica. O processo eleitoral será regulado por resolução aprovada pelo Conselho da Faculdade de Direito.

2.2.13.1 Direção da Faculdade de Direito

- Presidir o Conselho da Faculdade;
- Superintender as atividades a cargo da subunidade acadêmica;
- Coordenar as atividades de graduação em Direito do Instituto de Ciências Jurídicas;
- Dirigir os serviços administrativos, financeiros, patrimoniais e de recursos humanos pertinentes.

2.2.13.2 Vice Direção da Faculdade de Direito

- Substituir o Diretor nas suas faltas e impedimentos;
- Colaborar com este na coordenação das atividades acadêmicas e administrativas;
- Desempenhar as funções que lhes forem delegadas pelo titular ou determinadas pelo Conselho da Faculdade.

2.2.13.3 Secretaria Executiva da Faculdade de Direito

- Contribuir para o planejamento acadêmico da Faculdade;
- Preparar a correspondência da Direção da Faculdade;
- Atender e informar aos docentes e discentes sobre a tramitação de processos ou documentos de seus interesses;
- Elaborar as atas das reuniões do Conselho da Faculdade e encaminhá-las por e-mail aos conselheiros e demais docentes e para divulgação no site do ICJ;
- Convocar, por ordem da Direção da Faculdade, os conselheiros para reuniões do Conselho da Faculdade;
- Vincular os docentes às respectivas turmas no sistema, conforme proposta de oferta de disciplinas realizada pela Direção da Faculdade;
- Exercer atribuições determinadas pela Direção da Faculdade e pela Presidência do Conselho da Faculdade e demais compatíveis com sua função.

2.2.13.4 Coordenadoria de Ensino

- Desenvolver ações voltadas para o acompanhamento acadêmico das atividades docentes e discentes, em conjunto com a Direção da Faculdade;
- Oferta de disciplinas em cada período letivo;
- Análise dos pedidos de aproveitamento de estudo;
- Análise dos pedidos de segunda chamada e abono de falta;
- Análise dos pedidos de revisão de conceito;
- Supervisão das atividades complementares e da realização de trabalhos de conclusão do curso.

2.2.13.5 Coordenadoria de Estágio

- Supervisionar o desenvolvimento do estágio não obrigatório realizado pelos discentes do curso de Direito.

2.2.14 Programa de Pós-Graduação em Direito

A seguir, apresentaremos as atribuições vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), de suas direções e subunidades, conforme o organograma apresentado na Figura 2 e no Regimento do PPGD.

O Programa de Pós-Graduação em Direito, baseado em linhas de pesquisa definidas pelo seu Colegiado, destina-se a conferir aos candidatos habilitados os graus de Mestre em Direito e Doutor em Direito, na área de concentração “Direitos Humanos”, tendo como objetivos fundamentais:

- Formar pessoal qualificado para o exercício das atividades de pesquisa e de magistério superior na área do direito;
- Desenvolver uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre o direito, com ênfase na efetivação dos direitos humanos e na busca de soluções para os problemas regionais;
- Incentivar a produção intelectual na área do direito;
- Aprimorar a formação dos operadores do direito;
- Oferecer atividades de extensão à comunidade jurídica;
- Incentivar a integração entre graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA;
- Promover o intercâmbio com outros programas de pós-graduação em direito, especialmente no âmbito da Pan-Amazônia;
- Colaborar na elaboração de planos de desenvolvimento regional.

❖ **O Programa de Pós-Graduação em Direito**

- Responsável pelo ensino de pós-graduação em direito,
- Integrado por uma Coordenação, um Colegiado e uma Secretaria.
- O regimento interno do Programa de Pós-Graduação definirá o mandato e a forma de eleição do Colegiado.

2.2.14.1 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito

- Exercer a direção administrativa do Programa;
- Coordenar a execução das atividades do Programa, adotando as medidas necessárias ao seu pleno desenvolvimento;
- Preparar e apresentar relatórios periódicos seguindo as exigências das instâncias superiores, sobretudo daquelas das agências de fomento à formação e aperfeiçoamento de pessoal de nível superior e à pesquisa;
- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- Elaborar e remeter à PROPESP relatório anual das atividades do Programa, de acordo com as instruções desse órgão;
- Representar o Programa junto aos órgãos deliberativos e executivos da UFPA, na forma do seu Regimento Geral;
- Orientar, coordenar e fiscalizar a execução dos planos de desenvolvimento aprovados, tomando as medidas adequadas ou propondo-as aos órgãos competentes;
- Aplicar os critérios de admissão de candidatos aos cursos de pós-graduação em conformidade com o disposto neste Regimento;
- Adotar, propor e encaminhar aos órgãos competentes todas as providências relacionadas com o exercício das funções do Programa;
- Adotar, em caso de urgência, providências indispensáveis no âmbito do Colegiado, ad referendum deste, ao qual as submeterá no prazo de até trinta (30) dias;

- Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto, Regimento Geral e Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFPA e deste Regimento Interno;
- Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Colegiado, dos órgãos de administração de nível intermediário e da Administração Superior, que lhe digam respeito;
- Zelar pelos interesses do Programa junto aos órgãos superiores e setoriais;
- Convocar e presidir a eleição dos membros do Colegiado, do Coordenador e do Vice Coordenador do Programa pelo menos trinta (30) dias antes do término dos mandatos, encaminhando os resultados aos conselhos setoriais da Unidade Acadêmica de vínculo e à PROPESP, no prazo máximo de trinta (30) dias após a realização das eleições;
- Organizar o calendário das atividades relacionadas ao Programa e tratar com as unidades e subunidades acadêmicas a liberação de carga horária para oferta de disciplinas, atividades e funções necessárias ao pleno funcionamento do Programa;
- Propor a criação de comissões de assessoramento para analisar questões relacionadas ao Programa;
- Representar o Programa em fóruns nacionais de coordenadores relativos à sua área de conhecimento;
- Representar o Programa em todas as instâncias;
- Decidir sobre requerimentos de discentes, quando envolverem assuntos de rotina administrativa;
- Exercer outras funções especificadas pelo Colegiado.

2.2.14.2 Vice Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito

- Substituir o Coordenador em suas ausências e impedimentos;
- Coordenar as atividades de orientação acadêmica;
- Exercer atribuições que lhe venham a ser delegadas pelo Coordenador, ouvido o Colegiado.

2.3 Dirigentes da Unidade

3 Quadro 1- Informações dos dirigentes por subunidade

Subunidade (Sigla)	Função	Portaria de Designação	Nome	Cargo	E-mail institucional	Mandato	
						Início	Término
ICJ	DIRETORA GERAL	1232/2024	VALENA JACOB CHAVES	DOCENTE	valenajacob@ufpa.br	04/05/2024	04/05/2028
ICJ	DIRETORA ADJUNTA	1233/2024	LUANNA TOMAZ DE SOUZA	DOCENTE	luannatomaz@ufpa.br	04/05/2024	04/05/2028
ICJ	DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO	1402/2024	ALEPH HASSAN COSTA AMIN	DOCENTE	alephamin@gmail.com	01/05/2024	01/05/2026
ICJ	VICE-DIRETORA DA FACULDADE DE DIREITO	1402/2024	MANUELA BITAR LELIS DOS SANTOS PICKERELL	DOCENTE	mbitarlelis@hotmail.com	01/05/2024	01/05/2026
ICJ	COORDENADOR DO PPGD	3401/2023	BRENO BAIA MAGALHÃES	DOCENTE	brenobaia@ufpa.br	22/08/2023	22/08/2025
ICJ	VICE-COORDENADORA DO PPGDDA	3401/2023	SANDRA SUELY MOREIRA LURINE GUIMARÃES	DOCENTE	sandralurine@yahoo.com.br	22/08/2023	22/08/2025
ICJ	COORDENADORA DO PPGDDA	1440/2024	MARIA STELA CAMPOS DA SILVA	DOCENTE	stelacampos@ufpa.br	03/05/2024	03/05/2026
ICJ	VICE-COORDENADOR DO PPGDDA	1440/2024	ALEXANDRE COUTINHO DA SILVEIRA	DOCENTE	alexandresilveira@ufpa.br	03/05/2024	03/05/2026
ICJ	COORDENADOR DO NPJ	3723/2022	ALEXANDRE COUTINHO DA SILVEIRA	DOCENTE	alexandresilveira@ufpa.br	01/10/2022	-
ICJ	COORDADOR DA CPGA	5664/2018	MARCELO LAVAREDA SANTOS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	marcelolavareda@ufpa.br	10/12/2018	-

4 **Fonte:** INSTITUTO DE CIENCIAS JURIDICAS

PLANEJAMENTO DA UNIDADE

5.1 Análise dos Resultados Alcançados a partir PDU

Tabela 1 - Desempenho dos indicadores do PDU

INDICADOR	META	RESULTADO	PERCENTUAL DE DESEMPENHO	INICIATIVA
Acompanhamento da Pós-Graduação/PROPESP	10,00	46,00	100,00	Continuidade do projeto de auto avaliação em conjunto com a PROPESP, com apresentação dos primeiros resultados de coleta de dados em 2020.
Nº de Discentes ingressantes no PPGD e na Clínica de Direitos Humanos através de ações afirmativas	15,00	28,00	100,00	Abertura de vagas para os cursos de Mestrado e Doutorado para indígenas e quilombolas, a fim de formar profissionais e pesquisadores desses grupos minoritários em situação de risco na região amazônica.
Atividades realizadas pela Pós-Graduação e CDH à sociedade	11,00	20,00	100,00	Ações publicitárias pelas redes sociais, Ascom e outros meios de comunicação
Projeto político pedagógico do PPGD revisado	60,00	80,00	100,00	Discussão e aprovação do novo projeto político pedagógico do PPGD, incluindo, a reforma da estrutura curricular, metodologia de avaliação e de créditos de estudos dirigidos e publicações.
Programa de extensão e divulgação	16,00	18,00	100,00	Expansão das atividades de extensão do programa, em especial, por meio da Clinicas do ICJ e de projetos de divulgação de conhecimento produzido pelo PPGD.
Titulados de mestrado e doutorado	45,00	48,00	100,00	Quantidade de mestres e doutores titulados por ano
Cursos Novos	1,00	1,00	100,00	Criação de um curso de Mestrado Profissional em Direito,
Ferramentas desenvolvidas para estabelecimento de protocolos de atendimento pela secretaria	9,00	9,00	100,00	Desenvolvimento de mecanismos administrativos para estabelecimento de protocolos de atendimento pela secretaria.
% de redução do consumo de copos descartáveis	70,00	70,00	100,00	Racionalizar o uso de descartáveis

Etapas de Construção do Arquivo do PPGD concluídas	13,00	13,00	100,00	Construção de novo espaço para o arquivo do PPGD, organização e digitalização dos documentos.
Índice de manutenção na infraestrutura de TI	50,00	50,00	100,00	Manutenção e suporte periódicos de hardware e software
Índice de Qualificação do Corpo Docente	11,00	4,64	42,18	Incentivo a realização programas de titulação e cursos de qualificação
Discentes matriculado em curso de metodologia	80,00	28,00	35,00	Melhoria da formação dos discentes em metodologia pedagógica e novas tecnologias, por meio do oferecimento de cursos semestrais
% de crescimento de recursos captados	60,00	18,00	30,00	Aumentar a captação de recursos extra orçamentários através da gestão de contratos, acordos, convênios e parcerias.
Nº de convênios firmados	14,00	4,00	28,57	Convênios que proporcionem aos discentes a realização da prática jurídica.
Índice de Qualificação do Corpo Técnico Administrativo	5,00	1,38	27,60	Incentivo a realização programas de titulação e cursos de qualificação
Produção Cientifica Nacional	415,00	50,00	12,05	Melhoria da formação dos discentes em metodologia pedagógica e novas tecnologias, por meio do oferecimento de cursos semestrais
Índice de Satisfação do Usuário	99,00	0,00	0,00	Pesquisa de satisfação do usuário
Número de publicações elaboradas a partir das orientações ofertadas pela CDH	30,00	0,00	0,00	Promover ciclos de capacitações em que os descentes recebam quer orientações teóricas de diferentes áreas do conhecimento
Discentes participantes da CIDHA	20,00	0,00	0,00	Apoiar a sociedade civil e o poder publico em ações de respeito aos direitos humanos
Produção de petições e peças processuais	16,00	0,00	0,00	Orientação do professor e advogado voluntário na produção peças e petições Correção de peças juntos aos bolsistas .
Atividade extracurriculares, palestra e eventos realizados	130,00	0,00	0,00	Realizações de cursos e minicursos, de palestras, seminários, simpósios e outras atividades

Ações acadêmicas em parceria com pesquisadores estrangeiros.	50,00	0,00	0,00	Fomento para realização de disciplinas e minicursos em parceria com pesquisadores estrangeiros, a fim de consolidar a internacionalização do Programa, publicação internacional e formação dos discentes.
Exemplares adquiridos pelas linhas de pesquisa do PPGD	33,00	0,00	0,00	Renovação do acervo da Biblioteca do ICJ com compra de livros indicados pelas linhas de pesquisa do PPGD, além de assinatura de acervo virtual.
Projetos criados em parceira com Instituições estrangeiras na modalidade de cotutela	15,00	0,00	0,00	Criação de projetos para dupla titulação de Doutorado, na modalidade de cotutela, com instituições estrangeiras.
Discentes atendidos em programa de intercâmbio com países da Amazônia internacional	17,00	0,00	0,00	Fomento ao intercâmbio de discentes e docentes com países da Amazônia internacional.
Compra de livros indicados pelo PPGD no ano, para renovação do acervo	19,00	0,00	0,00	Renovação do acervo da Biblioteca do ICJ com compra de livros indicados pelas linhas de pesquisa do PPGD, além de assinatura de acervo virtual.
Índice de alcance da capacitação da equipe técnica-administrativa	21,00	0,00	0,00	Promover a capacitação e qualificação através de cursos e treinamentos oferecidos pela própria UFPA e entidades públicas ou particulares externas
Índice de Participação de Servidores em Ações de Saúde e Qualidade de Vida	9,00	0,00	0,00	Colaborar com uma melhor saúde física e mental do servidor para melhor desempenho de suas atividades
Criação de avaliação para o desenvolvimento do corpo docente e administrativo	12,00	0,00	0,00	Criação de projetos para dupla titulação de doutorado, na modalidade de cautela, com instituição estrangeras
Taxa de Subunidades acadêmicas com quadro de TAEs ajustados	14,00	0,00	0,00	Promover o redicionamento do diagnóstico e levantamento do perfil do servidor
Ampliação do quadro de pessoal da Unidade	13,00	0,00	0,00	Ampliação do quadro de pessoal do Programa, considerando a ampliação das demandas administrativas e acadêmicas,

				decorrente do aumento do corpo docente e discente.
Índice de Área Anual construída reformada	50,00	0,00	0,00	Comunicar necessidades de manutenção e reparos (preventivos e corretivos) na subunidade à Divisão de Infraestrutura
Renovação, compra de acervos bibliográficos para a biblioteca	13,00	0,00	0,00	Compra de livro

Fonte: PDU e Sinpeg

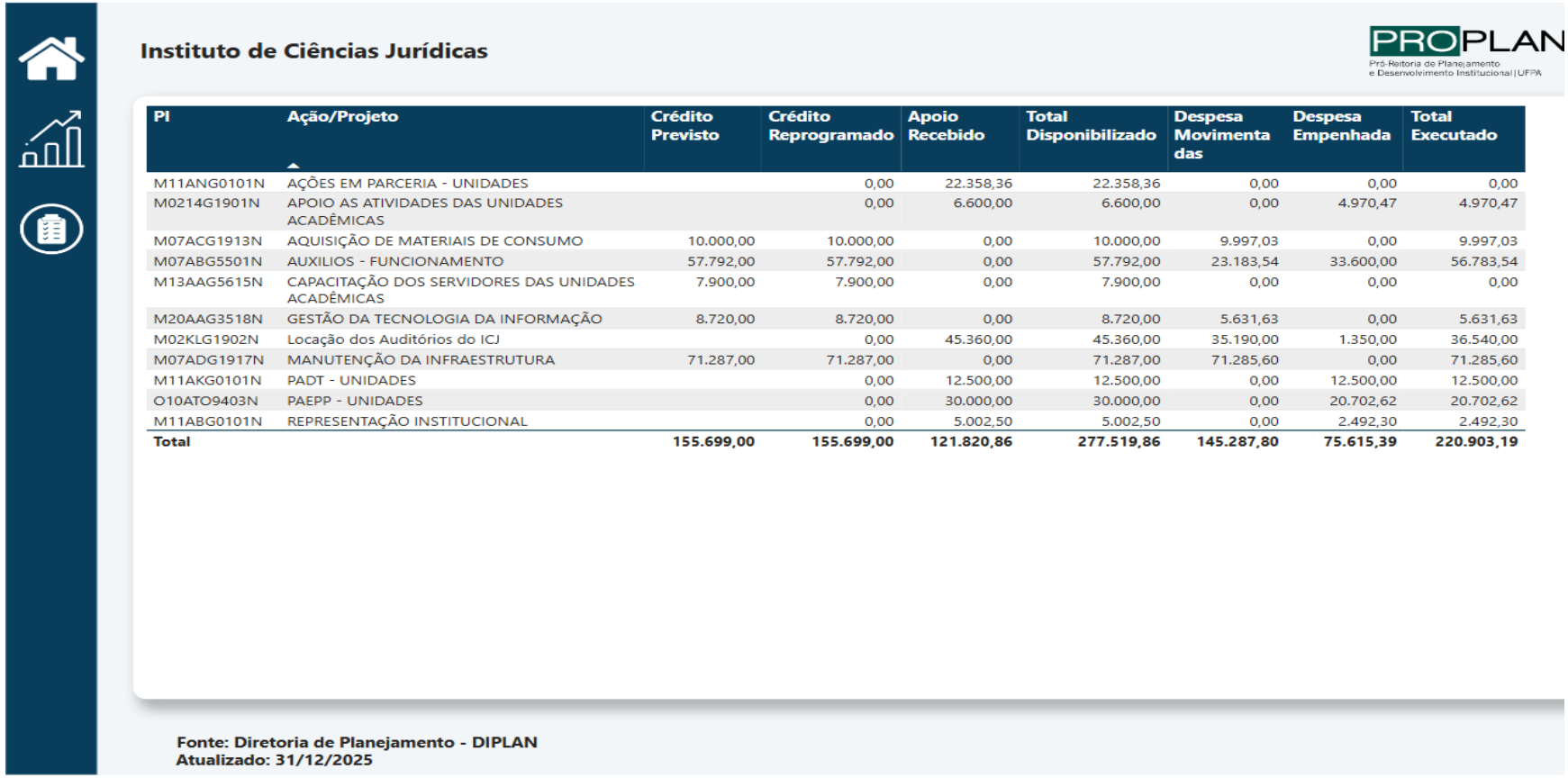
[1] O percentual de alcance será limitado a no máximo 100%, por indicador.

Clique aqui para digitar texto.

5.2 Ações relevantes não previstas no PDU e PGO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Quadro 2 - Desempenho do orçamento de custeio e capital no exercício por plano interno



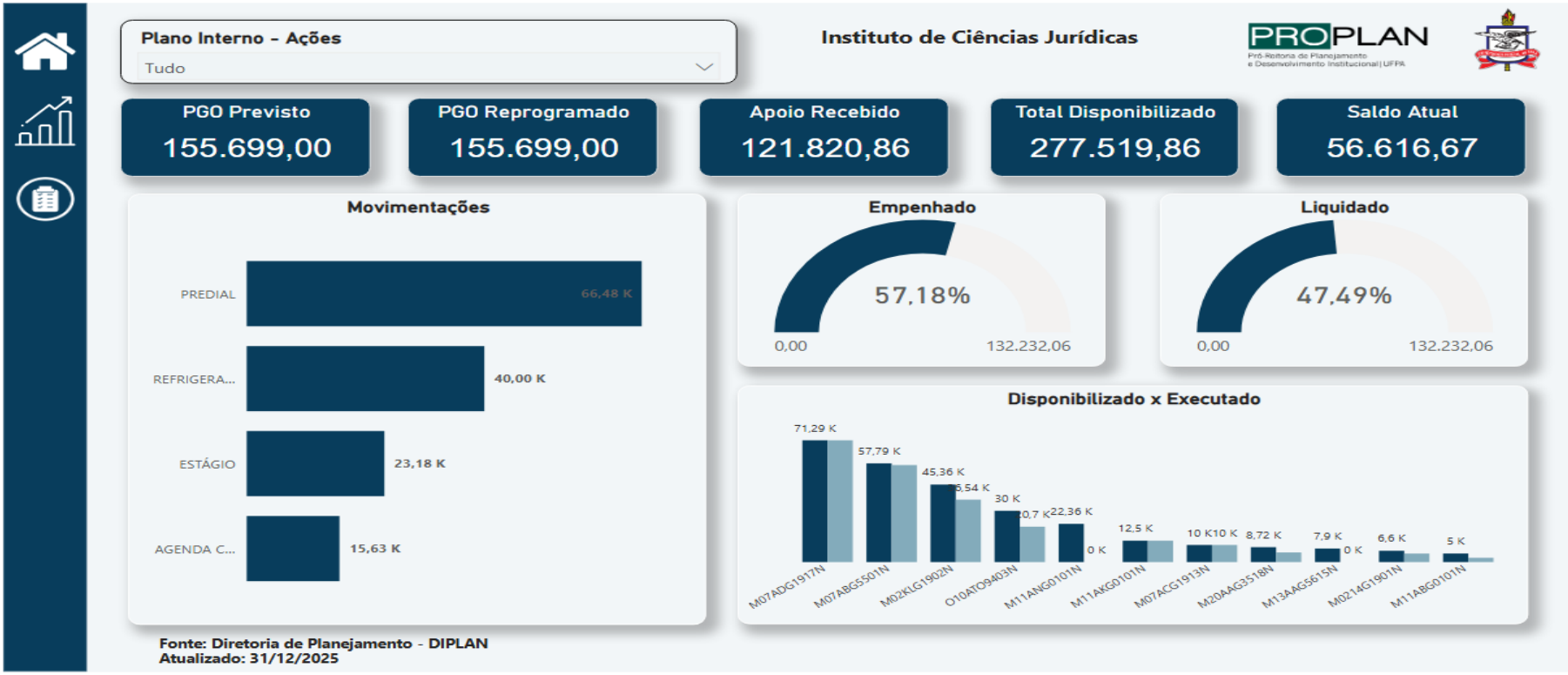
Instituto de Ciências Jurídicas

PROPLAN
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional | UFPA

PI	Ação/Projeto	Crédito Previsto	Crédito Reprogramado	Apoio Recebido	Total Disponibilizado	Despesa Movimentadas	Despesa Empenhada	Total Executado
M11ANG0101N	AÇÕES EM PARCERIA - UNIDADES		0,00	22.358,36	22.358,36	0,00	0,00	0,00
M0214G1901N	APOIO AS ATIVIDADES DAS UNIDADES ACADÊMICAS		0,00	6.600,00	6.600,00	0,00	4.970,47	4.970,47
M07ACG1913N	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	9.997,03	0,00	9.997,03
M07ABG5501N	AUXILIOS - FUNCIONAMENTO	57.792,00	57.792,00	0,00	57.792,00	23.183,54	33.600,00	56.783,54
M13AAG5615N	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DAS UNIDADES ACADÊMICAS	7.900,00	7.900,00	0,00	7.900,00	0,00	0,00	0,00
M20AAG3518N	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	8.720,00	8.720,00	0,00	8.720,00	5.631,63	0,00	5.631,63
M02KLG1902N	Locação dos Auditórios do ICJ		0,00	45.360,00	45.360,00	35.190,00	1.350,00	36.540,00
M07ADG1917N	MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	71.287,00	71.287,00	0,00	71.287,00	71.285,60	0,00	71.285,60
M11AKG0101N	PADT - UNIDADES		0,00	12.500,00	12.500,00	0,00	12.500,00	12.500,00
O10ATO9403N	PAEPP - UNIDADES		0,00	30.000,00	30.000,00	0,00	20.702,62	20.702,62
M11ABG0101N	REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL		0,00	5.002,50	5.002,50	0,00	2.492,30	2.492,30
Total		**155.699,00**	**155.699,00**	**121.820,86**	**277.519,86**	**145.287,80**	**75.615,39**	**220.903,19**

Fonte: Diretoria de Planejamento - DIPLAN
Atualizado: 31/12/2025

Fonte: BI PGO 2025



Voltar
Acad. BI - ICJ - Vi...
94%
Microsoft Power BI
2 de 3

O ICJ recebeu R$ 155.699,00 de dotação orçamentária para o exercício fiscal de 2025. Após a reprogramação do crédito, o orçamento não apresentou alteração em seu volume de recurso original. Durante o exercício, o Icj recebeu apoio em forma de recurso financeiro da ordem de R$ 121.519,86 que veio se somar ao orçamento, já existente, totalizando agora R$ 277.519,86 em recursos disponíveis. Ao longo do exercício vindouro, o Icj movimentou o valor de R$ 145.28,80 dos recursos disponibilizados para fazer face as despesas gerais e administrativa. Após a movimentação, sobrou o montante de R$ 132,232,06 que foram aplicados em novas despesas empenhadas no total de R$ 75.615,39, porém apenas 47,49% do volume empenhado foram liquidados no exercício. Após o empenho não houve nenhuma programação de gasto, o que ocasionou uma sobra de recurso não utilizado da ordem de R$ 56.616,67 que representa 36,36% do recurso recebido do orçamento fiscal para o ano de 2025. Os recurso em grande parte foram alocados em Infraestrutura que recebeu investimento da ordem de 66,48 K, seguida da manutenção de refrigeradores 40 K, estágio 23,18 k e finalmente agenda de compras onde foram aplicados 15,63 k dos recurso disponíveis.

Clique aqui para digitar texto.

GESTÃO DE PESSOAL

7.1 Expansão da Estrutura de Pessoal

Tabela 2 - Quantidade de servidores previstos no PDU e em atividade em 2025

CATEGORIA	CARGO/TIPOLOGIAS DOS CARGOS	PREVISÃO ACUMULADA[1]	EM ATIVIDADE EM 2025[2]
Docente	Professor de Magistério Superior	...	
	Professor EBTT	...	
Técnico-Administrativo	1 – Classe A	...	
	2 – Classe B	...	
	3 – Classe C	3	3
	4 – Classe D	18	18
	5 – Classe E	6	6
Total de Servidores		27	27

Fonte: INSTITUTO DE CIENCIAS JURIDICAS

[1] Previsão Acumulada: Soma da quantidade de servidores efetivos da UFPA informado no PDU mais a meta prevista de expansão acumulada até o exercício de referência do relatório de atividades.

[2] Em Atividade em 2025: Total de servidores efetivos da UFPA em 31/12, excluindo cedidos, removidos, redistribuídos e designados para função de confiança em outras unidades da instituição.

(...) Sem informação disponível no PDU

O ICJ está sempre mantendo canal aberto com a reitoria para fortalecer o quadro funcional com ingresso de novos servidores técnico e docentes, objetivando manter os serviços em funcionamento e evitar a sobrecarga da equipe. Embora a criação de novas vagas não dependa do Icj e sim da administração superior, o instituto segue empenhado em buscar soluções para manter a qualidade e a especificidade dos serviços. Ampliar e manter a qualidade dos serviços é vital para a sustentabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, o Icj luta para garantir serviços de alta qualidade e eficiência institucional.

Qualificação da Força de Trabalho

Tabela 3 - Distribuição dos servidores por nível de escolaridade/titulação

Escolaridade/Titulação	Docentes		Técnico-administrativos	
	Informado no PDU[1]	Em atividade em 2025[2]	Informado no PDU[1]	Em atividade em 2025[2]
Doutorado (D)	58	57	0	0
Mestrado (M)	9	9	4	4
Especialização (E)	1	1	5	5
Graduação (G)	1	1	13	13
Médio/Técnico (EM)	0	0	5	5
Fundamental (EF)	0	0	0	0
Total	69	68	27	27

Fonte: INSTITUTO DE CIENCIAS JURIDICAS

[1] Informado no PDU: Quantidade de servidores efetivos da UFPA informado nas tabelas de titulação do corpo docente e do corpo técnico no PDU da unidade.

[2] Em Atividade em 2025: Total de servidores efetivos da UFPA em 31/12, excluindo cedidos, removidos, redistribuídos e designados para função de confiança em outras unidades da instituição.

Não houve mudança no Indice de qualificação dos docentes. A qualificação docente manteve-se elevado, com 97% de mestres e doutores em 2025. Mesmo sem apresentar variação nesse indicador, a performance acadêmica se manteve em alto nível, refletindo em elevados ganhos para a pesquisa e o ensino. Esse intangível, consolidado em conhecimento, competências e habilidades técnicas faz dessa instituição a mais solida e prestigiosa da Amazônia.

Os dados nos revelam que o corpo técnico de servidores precisa ocupar espaços nos programas da Pó graduação. Esse cenário, preocupante, demanda a necessidade de qualificar os servidores para o ingresso na pós graduação. Como medida imediata, a criação de um curso, dentro dos programas da pós, destinados aos servidores do Icj para qualifica-los para o ingresso na pós graduação, seria uma medida, simples, perfeitamente possível de realizar e sem custo. Essa medida elevaria o patamar de conhecimento e o nível da equipe. Para tanto, é preciso assegura aos interessados condições necessárias para se dedicar aos cursos. Ao priorizar essa valorização, a instituição garante uma estrutura técnica mais qualificada, alinhada as exigências das instituições de controle e preparada para os novos desafios.

7.2 Capacitação da Força de Trabalho

Tabela 4 – Capacitação de servidores da UFPA por modalidade

Modalidade	Capacit		Outros	
	Docentes	TAEs	Docentes	TAEs
Presencial	0	0	0	0
À Distância	0	0	0	0
Semi Presencial	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Fonte: INSTITUTO DE CIENCIAS JURIDICAS

Tabela 5 – Quantitativo de servidores capacitados e em atividade em 2025

Modalidade	Capacitados[1]	Em atividade em 2025[2]
Docente	0	0
Técnico - Administrativo	0	0
Total	**0**	**0**

Fonte: INSTITUTO DE CIENCIAS JURIDICAS

[1] Considerar apenas uma capacitação por servidor.

[2] Em atividade em 2025: Total de servidores efetivos da UFPA em 31/12, excluindo cedidos, removidos, redistribuídos e designados para função de confiança em outras unidades da instituição.

A prioridade do Icj é ampliar a qualificação do corpo técnico através dos ingressos dos seus servidores nos Programas de pós-graduação. Para isso, foi enviado a Progep as demandas dos servidores do ICJ para inclusão no Plano de qualificação da Progep/Ufpa a abertura de mais vagas na pós graduação (mestrado e doutorado) destinadas aos servidores da ufpa. Tais medidas visam garantir que o indicador de capacitação seja plenamente atingido nos próximos anos.

INFRAESTRUTURA

8.1 Infraestrutura Física

Tabela 6 - Expansão do espaço físico da unidade conforme PDU

Infraestrutura	Descrição	Previsão para vigência do Plano	Concluído até o exercício de 2024
Área de Circulação	Área de Circulação Interna (Altos do Prédio)	63,00	63,00
Área de Circulação	Área de Circulação Interna (Térreo do Prédio)	54,00	54,00
Arquivo	Arquivo do ICJ	66,48	66,48
Biblioteca	Sala de consulta da Biblioteca	20,14	20,14
	Chefia da Biblioteca Setorial	20,18	20,18
	Web Rom da Biblioteca	24,00	24,00
	Sala de leitura da Biblioteca	50,00	50,00
	Estanteira da Biblioteca	135,00	135,00
	Processamento técnico da Biblioteca	9,69	9,69
	Atendimento ao usuário da Biblioteca	19,53	19,53
Sala Administrativa	Direção Geral	29,00	29,00
Sala Administrativa	Direção Adjunta	29,00	29,00
Sala Administrativa	Secretaria Executiva	17,89	17,89
Sala Administrativa	Setor de Informação (TI)	15,60	15,60
Sala Administrativa	Coordenação Acadêmica	15,60	15,60
Sala Administrativa	Coord. de Planejamento, Gestão e Avaliação	47,84	47,84
Sala Administrativa	Direção da Faculdade	26,75	26,75
Sala Administrativa	Secretaria da Faculdade	64,00	64,00
Sala Administrativa	Recepção da Faculdade	13,00	13,00
Sala Administrativa	Sala de Reunião da Faculdade	23,71	23,71
Sala Administrativa	Sub-almoxarifado	41,00	41,00
Sala Administrativa	Depósito d'água		
Sala Administrativa	Depósito de materiais permanentes	3,43	3,43
Sala Administrativa	Sala do NDE	9,00	9,00
Sala	Sala 01 - Pesquisador do PPGD	16,34	16,34
Sala	Sala 02 - Pesquisador do PPGD	16,34	16,34
Sala	Sala 03 - Pesquisador do PPGD	15,50	15,50
Sala	Sala 04 - Pesquisador do PPGD	15,50	15,50
Sala	Sala 05 - Secretaria Administrativa	18,29	18,29
Sala	Sala 06 - Sub arquivo do PPGD	18,28	18,28
Sala	Sala 07 - Recepção PPGD	27,00	27,00
Sala	Sala 08 - Pesquisador do PPGD	21,16	21,16
Sala	Sala 09 - Pesquisador do PPGD	16,48	16,48
Sala	Sala 10 - Sala de Reuniões do PPGD	19,76	19,76

Sala	Sala 11 - Coordenação do PPGD	16,77	16,77
Sala	Sala 12 - Pesquisador do PPGD	19,92	19,92
Sala de aula	Sala 13 - Sala de aula 1 do PPGD	27,00	27,00
Sala de aula	Sala 14 - Sala de aula 2 do PPGD	27,00	27,00
Sala	Sala 15 - Sala de Estudos do PPGD	19,21	19,21
Sala	Sala 16 - Pesquisador do PPGD	12,18	12,18
Sala	Sala 17 - Pesquisador do PPGD	12,18	12,18
Banheiros	Feminino no Prédio/Altos	32,00	32,00
Banheiros	Feminino no Prédio/térreo	26,00	26,00
Banheiros	Masculino - Prédio/Altos	32,00	32,00
Banheiros	Masculino - Prédio/Térreo	29,00	29,00
Auditório/Teatro	José Accúrcio	100,80	100,80
Auditório/Teatro	José Vicente Miranda Filho	347,00	347,00
Auditório/Teatro	Hailton Correa Nascimento (altos do ICJ)	84,00	84,00
Auditório/Teatro	Tribunal do Júri	281,26	281,26
Sala Administrativa	Sala do Professor do PPGD	21,16	21,16
Sala Administrativa	Núcleo de Práticas Jurídicas	255,28	255,28
Sala de Professor	Sala dos Professores	50,40	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (altos)	50,40	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (altos)	50,40	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (altos)	50,40	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (altos)	50,40	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (altos)	50,40	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (altos)	50,40	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (térreo)	50,40	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (térreo)	50,40	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (térreo)	50,40	50,40
Salas de Aula	Pavilhão JP (térreo)	50,40	50,40
Salas de Aula	Pavilhão LP/ Lab. Direitos Humanos - altos	50,40	50,40
Salas de Aula	Pavilhão LP/ Lab. Direitos Humanos - altos	50,40	50,40
Salas de Aula	Auditório Ary Brandão- LIJUR	50,40	50,40
Outros Serviços	Protocolo - Pavilhão LP – Altos	28,48	28,48
Outros Serviços	Mini copa do banheiro da Direção Adjunta/Térreo	2,00	2,00
Outros Serviços	Mini copa do banheiro da Direção Geral /Térreo	2,00	2,00
Outros Serviços	Copa do ICJ	26,00	26,00
Outros Serviços	Sala de Máquinas - Prédio/Altos	6,00	6,00
Outros Serviços	Sala de Máquinas - Prédio/Térreo	6,00	6,00
Outros Serviços	Sala de Iluminação	6,00	6,00
Outros Serviços	Foyer - Prédio/ Térreo	155,00	155,00

TOTAL	**3.262,33**	**3.262,33**

[1] Previsão para Vigência do Plano – Ampliação do espaço físico da unidade dentro da vigência do PDU.

[2] Concluído até o exercício de 2025 - Conclusão da obra/reformas de ampliação do espaço físico da Unidade até 31/12.

Sim, o ICJ tem necessidade de ampliar sua estrutura física, mas optou em 2025 manter a qualidade dos espaços existente. Essa medida foi adotada devido à dificuldade orçamentaria destinados a custear a expansão de novos espaços físicos. Diante dessa limitação, o ICJ tomou a decisão de fazer a manutenção periódica e adaptar as estruturas físicas existente as necessidades de acessibilidade dos usuários. Diante dessa necessidade de expandir e ampliar seus serviços à comunidade, sugerimos a necessidade urgência de buscar novos recursos externos para viabilizar os programas existentes. As alternativas em análise incluem a captação via emendas parlamentares, convênios e parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas para viabilizar as expansões e a modernização dos espaços.

8.2 Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Tabela 7 - Expansão da infraestrutura de TI, conforme PDU

Hardwares/Softwares	Quantidade	
	Previsão de aquisição até o exercício de 2025[1]	Adquirido até o exercício de 2025
Clique aqui para digitar texto.	0	0
Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.	Clique aqui para digitar texto.
Total	0	0

Fonte: INSTITUTO DE CIENCIAS JURIDICAS

[1] Previsão para Vigência do Plano - Soma da quantidade de hardware/software previsto para ser adquirido do início da vigência do PDU até o exercício de 2025.

O Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) estabeleceu como prioridade estratégica a manutenção preventiva e corretiva de sua infraestrutura em TI. Esta decisão tem como fundamento as limitações orçamentárias para a rubrica de tecnologia de informação que em 2025 foi da ordem de R$ 6.912,00, inviabilizando a capacidade de investimento em novos ativos. Diante deste cenário, optamos por concentrar nossos recursos na preservação dos equipamentos existentes e assim evitar paralisações dos serviços. Essas medidas permitiu a funcionalidade normal do sistema existente. Assim, focamos na conservação patrimonial para manter a qualidade dos serviços prestados.

SUSTENTABILIDADE

7.1 Plano de Logística Sustentável

Quadro 3 - Ações relacionadas à gestão ambiental e sustentável

Eixo	Ações Implementadas
Vigilância, Monitoramento e Portaria	Manutenção preventiva
Telefonia	Manutenção preventiva
Manutenção Predial	Manutenção preventiva com sinalização tátil e reforma de espaços físicos
Limpeza, Asseio e Conservação	Esse serviço vem sendo executados regulamente pelas empresas terceirizadas
Serviços de Transporte	Esse serviço vem sendo executados pelas empresas terceirizadas quando necessário
Processamento de Dados	O Icj tem uma equipe em TI que presta serviço corretivo e de manutenção dos equipamentos
Consumo de Papel	O Icj vem promovendo uma política de substituição do papel por documentos eletrônicos.
Consumo de Copo e Outros Descartáveis	O Icj vem promovendo uma política de substituição de copos descartáveis por copos permanentes.
Impressão, Cartucho e Reprografia	O Icj vem gradativamente diminuindo impressões e substituindo por documentos eletrônicos.
Logística Reversa de Cartuchos e Tonner	O Icj vem promovendo o aproveitamento e o descartes sustentável dos resíduos eletrônicos.
Material de Consumo	Temos um sistema paralelo de controle racional dos materiais de consumo
Eficiência no Consumo de Água	O Icj tem uma preocupação latente em manter o uso eficiente do consumo de água nas dependências da entidade com manutenção periódica do sistema hidráulico.
Energia Elétrica	O Icj vem promovendo a substituição de todas as lâmpadas por luminárias de LED
Coleta Seletiva Solidária	Essa ação não foi colocada em prática
Qualidade de Vida no Trabalho	Essa ação prosperou
Capacitação para Sustentabilidade	Não tem proposta para essa ação

Comunicação Institucional	A entidade vem criando instrumento de comunicação entre as subunidades e a comunidade acadêmica através de sistema oficiais de comunicação e as redes sociais.
Deslocamento de Pessoal	O quadro de servidores e bolsistas estão estrategicamente distribuídos, conforme a suas necessidades.
Outros	

Fonte: INSTITUTO DE CIENCIAS JURIDICAS

O Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) mantém um olhar atento às questões ambientais e de sustentabilidade, promovendo a justiça social e a defesa de um sociedade justa e solidaria em que a vida é o bem mais precioso que deve ser protegido independente dos interesses econômicos. Nesse sentido, adotamos medidas que estão afinadas as práticas internacionais que promove o bem-estar da população e a preservação ambiental com práticas sustentáveis. Mesmo diante de ameaça de grupos poderosos que tentam ameaçar a soberania de países, não nos afastamos dos nossos compromissos com as iniciativas globais em priorizar ações sustentáveis para preservação da vida no planeta.

7.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Quadro 4 - Programas, Projetos, Ações ou Iniciativas vinculadas aos ODS

ODS	Nome do Programa, Projeto, Ação ou Iniciativa	Local para consulta (*link*)
Erradicação da Pobreza	O ensino, pesquisa e extensão são instrumentos importante de intervenção na sociedade. Quando bem utilizado tem um grande poder para transformar a sociedade. Podemos citar: O Programa da Clínica de Atenção à Violência (CAV) que atende pessoas em situação de violência, em especial de grupos vulneráveis, como crianças, mulheres, idosos e LGBTs; O Núcleo de Práticas Jurídicas- NPJ é laboratório destinado à formação prática dos discentes do curso de bacharelado, onde é oferecido auxílio jurídico gratuito para a população de baixa renda; A Clínica de Combate ao Trabalho Escravo emergiu como resposta a uma demanda regional crítica, dada a elevada incidência de resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão na região.	https://www.icj.ufpa.br/
Fome Zero e Agricultura Sustentável	O cij tem o programa PPGD que tem como linha de pesquisa - Direitos Fundamentais e Meio Ambiente- A linha de pesquisa apresenta como recorte metodológico de investigação o meio ambiente, urbano e rural, bem como o problema fundiário e a consolidação dos territórios tradicionais, a partir da principiologia dos direitos fundamentais tendo por base a sustentabilidade ambiental contemporânea, numa concepção holística da problemática.	https://www.ppgd.propesp.ufpa.br/
Boa Saúde e Bem Estar	O Programa de Pós-graduação em Direito da UFPA - PPGD é de natureza interdisciplinar, mas muitos envolvem estudos, debates e práticas que podem integrar o olhar jurídico por meio de reflexões sobre políticas públicas, direitos sociais e sustentabilidade. linhas de pesquisa: “Constitucionalismo, Políticas Públicas e Direitos Humanos”; “Direitos Fundamentais: concretização e garantias”; “Direitos Fundamentais e Meio Ambiente”; “Estudos Críticos do Direito” e “Sistema Penal e Direitos Humanos” O Programa de Pós-graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia- PPGDDA tem duas linhas	https://www.ppgd.propesp.ufpa.br/ https://www.ppgdda.propesp.ufpa.br/

	área de concentração e linha de pesquisa: Descrição: Linha de Pesquisa 1: Desenvolvimento e Políticas Públicas. Envolve o estudo e a pesquisa de práticas de processamento jurídico das políticas públicas, tanto em sua elaboração, quanto em sua aplicação, com vistas a desenvolver as expertises capazes de colaborar com a análise e construção de projetos de desenvolvimento pensados e executados na região amazônica, bem como seus impactos para a vida dos povos que nela habitam. Linha de Pesquisa 2: Regulação e negócios públicos-privados na Amazônia. Descrição: A linha envolve o estudo e a pesquisa de práticas e soluções jurídicas adotadas nas interações entre os setores público e privado, a partir da visão integrada e multidisciplinar da realidade, com ênfase em contratações públicas, modelos societários, parcerias com terceiro setor, regulação econômica e setorial, instrumentos de controle e governança pública	
Educação de Qualidade	Na graduação o Icj tem o curso de bacharelado em Direito com formação jurídica humanizada. Na Pós-Graduação – o Icj promove dois programas o PPGD- Programa pós-graduação em direito e o PPGDDA- Programa de Pós-graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia, ambos priorizam o ensino avançado, a pesquisa e a formação crítica em direitos humanos com foco para o desenvolvimento regional.	https://www.icj.ufpa.br/
Igualdade de Gênero	Nesse quesito temos destaque o trabalho desenvolvido e suas inúmeras contribuições realizados pela CAV- Clínica de Atenção à Violência em parceria com NPJ- Núcleo de Práticas Jurídicas e CCTE- Clínica de Combate ao Trabalho Escravo	https://www.icj.ufpa.br/
Água Limpa e Saneamento	O Icj em parcerias com os seus programas de Pós graduação vem promovendo debates públicos, congresso e eventos sobre clima, sustentabilidade e governança ambiental, podemos apontar o curso sobre “Justiça Climática e Desenvolvimento: Diálogos em torno da COP 30”. Organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento da Amazônia (PPGDDA/UFPA), em parceria com grupos de pesquisa, clínicas jurídicas e a OAB-SP, o encontro reúne especialistas de diversas áreas para um debate	https://www.icj.ufpa.br/

	multidisciplinar sobre os desafios e os caminhos para a sustentabilidade na Amazônia. Além dos eventos organizados pelo instituto a Faculdade de Direito contempla em sua grade curricular no curso de graduação ligadas a essa temática, assim como os programas de Pós graduação de linhas de concentração e pesquisa vinculado a essa temática.	
Energia Acessível e Limpa	Para democratizar o acesso ao conhecimento ambiental e fortalecer uma atuação qualificada da advocacia, das instituições e da sociedade, a Universidade Federal do Pará (UFPA), em parceria com o Grupo de Pesquisa Financiando Direitos (CNPq) e com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por meio da Comissão de Meio Ambiente do Pará, lançou a cartilha intitulada Justiça Climática na Amazônia — Desafios, Vulnerabilidades e Caminhos para um Futuro Sustentável. A cartilha é fruto de uma construção coletiva que teve como base pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFPA) e no Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA/UFPA). O material educativo reúne, de forma organizada e acessível, informações essenciais sobre a Justiça Climática sob a perspectiva amazônica e propõe um olhar técnico e sensível sobre os impactos das mudanças climáticas na Amazônia, destacando como as desigualdades sociais e territoriais intensificam vulnerabilidades relacionadas a gênero, saúde, infância e povos tradicionais. Na última sexta-feira, 14, o Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) e o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) realizaram o Seminário em Pesquisa em Direito e Mudança do Clima, que reuniu pesquisadores e instituições nacionais e internacionais para discutir pesquisas e desafios relacionados às mudanças climáticas, com destaque para os direitos humanos.O seminário promoveu debates sobre os conflitos e os direitos da população de territórios impactados pelas mudanças climáticas e pelos desastres ambientais causados por grandes empreendimentos, tendo como foco o fortalecimento dos tribunais éticos e	https://www.icj.ufpa.br/

	populares. Entre os dias 12 e 18 de novembro, o Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da Universidade Federal do Pará (UFPA) sedia o Evento “Justiça Climática e Desenvolvimento: Diálogos em torno da COP 30”. Organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento da Amazônia (PPGDDA/UFPA), em parceria com grupos de pesquisa, clínicas jurídicas e a OAB-SP, o encontro reúne especialistas de diversas áreas para um debate multidisciplinar sobre os desafios e os caminhos para a sustentabilidade na Amazônia.	
Emprego Digno e Crescimento Econômico	O Icj vem contribuindo na graduação com ajuste no Plano pedagógico para tratar dessas temáticas e outras de interesse social. Além da reforma do seu PPP, o Icj conta com linhas de pesquisas nos programas de Pós Graduação que discutem e monitoram essa temática e as parcerias com CAV e NPJ e CCTE que jutas formam um grupo que coloca o tema sempre no centro da discursões acadêmicos.	https://www.icj.ufpa.br/
Indústria, Inovação e Infraestrutura	O ICJ/UFPA não tem o papel de promove o desenvolvimento regional com a intervenção direta nos projetos ou planos de interesse sociais, mas apenas forma profissionais qualificados para atuar em prol dos interesses da sociedade e na gestão desses projetos. Ao Icj é dada a atribuição de formar bons cidadãos apto ao mercado de trabalho com qualificação para discutir planos e estratégia para o desenvolvimento local e regional com ideias, projetos que aprimoram ações inovadoras que poderão ter impacto econômico e social com repercussão na indústria e na insta estrutura regional.	https://www.icj.ufpa.br/
Redução das Desigualdades	UFPA e Incra firmam convênio para a criação do curso de Direito voltado à reforma agrária. O objetivo é ampliar o acesso ao ensino superior na região amazônica, especialmente para as populações do campo, a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ), assinou um convênio estratégico com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o qual garante a criação do curso	https://ufpa.br/ufpa-e-incra-firmam-convenio-para-a-criacao-do-curso-de-direito-voltado-a-reforma-agraria/ https://www.padf.org/brasil/padfassinaacordoufpa/?utm_source=chatgpt.com https://ufpa.br/encontro-multivercidades-da-amazonia-coloca-em-debate-o-acesso-a-justica-e-o-direito-a-cidade/?utm_source=chatgpt.com

	de Bacharelado em Direito no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF) assinou Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Pará (UFPA), unindo esforços e conhecimentos para uma colaboração mais estreita na erradicação do trabalho análogo ao de escravo no estado do Pará. A Universidade Federal do Pará (UFPA) realiza, de 3 a 7 de novembro de 2025, a Semana Multivercidades da Amazônia: Acesso à Justiça e Direito à Cidade. O evento é uma iniciativa conjunta do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ-UFPA) e do Instituto de Tecnologia (Itec-UFPA), em parceria com a Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (SAJU) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com apoio da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp).	
Cidades e Comunidades Sustentáveis	ERMO DE COOPERAÇÃO INTERNA QUE ENTRE SI CELEBRAM O PROGRAMA-DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA, VISANDO A REALIZAÇÃO CONJUNTA DE PESQUISAS E PROJETOS DE EXTENSÃO, OFERTA DE VAGAS DE RESIDÊNCIA CLÍNICA DE PÓSGRADUAÇÃO NA CLÍNICA MULTIVERCIDADES. o Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) e o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) realizaram o Seminário em Pesquisa em Direito e Mudança do Clima, que reuniu pesquisadores e instituições nacionais e internacionais para discutir pesquisas e desafios relacionados às mudanças climáticas, com destaque para os direitos humanos.O seminário promoveu debates sobre os conflitos e os direitos da população de territórios impactados pelas mudanças climáticas e pelos desastres ambientais	https://www.ppgdda.propesp.ufpa.br/index.php/br/pesquisa/laboratorios?utm_source=chatgpt.com https://ufpa.br/ufpa-reune-pesquisadores-para-debater-direitos-humanos-litigios-e-emergencia-climatica/?utm_source=chatgpt.com

	causados por grandes empreendimentos, tendo como foco o fortalecimento dos tribunais éticos e populares	
Consumo e Produção Responsáveis	o Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da Universidade Federal do Pará (UFPA) sedia o Evento “Justiça Climática e Desenvolvimento: Diálogos em torno da COP 30”. Organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento da Amazônia (PPGDDA/UFPA), em parceria com grupos de pesquisa, clínicas jurídicas e a OAB-SP, o encontro reúne especialistas de diversas áreas para um debate multidisciplinar sobre os desafios e os caminhos para a sustentabilidade na Amazônia.	https://ufpa.br/instituto-de-ciencias-juridicas-sedia-evento-sobre-justica-climatica-e-desenvolvimento/?utm_source=chatgpt.com
Combate as Alterações Climáticas	O Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA) convida a comunidade acadêmica, a sociedade civil, os movimentos sociais e demais interessados a participar de sua programação especial durante a COP30, dedicada aos Direitos Humanos e à Justiça Climática. Com uma consolidada tradição de pesquisa e atuação crítica na Amazônia, o PPGD/UFPA propõe uma série de reflexões e ações que buscam conectar os debates locais e globais. A agenda reúne seminários, mesas de debate, fóruns e simulações, todos estruturados em três grandes eixos temáticos. Os eixos foram pensados para aprofundar o diálogo entre direito, meio ambiente e sociedade: ● Eixo 1 – Justiça Climática, Povos e Saberes Tradicionais: Abordará temas como racismo ambiental, vulnerabilidades sociais e os saberes dos povos da floresta. ● Eixo 2 – Direito, Território e Transformações Socioambientais: Discutirá conflitos territoriais na Amazônia, mineração, urbanismo, migrações climáticas e trabalho escravo. ● Eixo 3 – Instituições e Litigância Climática Global e Local: Focará em análises sobre governança ambiental, o papel dos tribunais internacionais e as práticas de litigância climática.	https://ppgd.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/noticias/todas/966-ppgd-cop30?utm_source=chatgpt.com

Vida Debaixo D´Água	O Icj não tem um programa que discuta essa tmatica, mas propõem dialogo com temas que se aproximam dessa questão com o evento patrocinado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA), em parceria com o Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ/UFPA) e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB/PA), tem o prazer de anunciar a abertura de inscrições para o Curso de Especialização em Direito Climático e Governança (COP 30). Esta importante iniciativa é realizada em colaboração com o Centro de Direito Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (CISDL)/Centre for International Sustainable Development Law (CISDL), um centro de pesquisa legal com foco no apoio à compreensão, desenvolvimento e implementação do Direito para o desenvolvimento sustentável	https://www.ppgd.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/noticias/todas/967-ppgd-ufpa-na-cop-30-abertas-as-inscricoes-para-o-curso-de-especializacao-em-direito-climatico-e-governanca?utm_source=chatgpt.com
Vida sobre a Terra	O Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia da UFPA (PPGDDA) busca fomentar estudos e produção de conhecimento sobre diferentes perspectivas, desde as questões afetas à regulação, à gestão de recursos, ao estado fiscal, à sustentabilidade e à administração pública, sem perder de vista a importante reflexão dos seus impactos à cidadania e à justiça. O olhar centrado na Amazônia revela, ainda, a preocupação em direcionar esforços investigativos nos muitos projetos de desenvolvimento pensados e executados na região, bem como seus impactos para a vida dos povos que nela habitam. O Icj não tem o propósito de intervir diretamente na estrutura social, apenas limita-se a formar, discutir, buscar, pesquisar e contribuir com a proteção a vida por meio do ensino, produção científica, debates, congresso e eventos que promovam inovação e aprimoramento da organização social. Todas essas ações promovem o uso sustentável do planeta.	https://ufpa.br/orgaos/programa-de-pos-graduacao-em-direito-e-desenvolvimento-na-amazonia/?utm_source=chatgpt.com
Paz, Justiça e Instituições Fortes	A Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF) assinou um Memorando de Entendimento (MoU) com a Universidade Federal do Pará (UFPA) para unir esforços e compartilhar conhecimento no combate ao trabalho forçado no estado do Pará, Brasil.O programa “Combate ao Trabalho Forçado na Pecuária” foi lançado pela PADF em 2022. Seu objetivo é aprimorar os	https://www.padf.org/brasil/padf-signs-mou-for-technical-cooperation-with-the-federal-university-of-para/?utm_source=chatgpt.com

	mecanismos institucionais para reduzir a incidência de violações de trabalho forçado na pecuária no Pará, com três objetivos principais: prevenção, proteção e punição	
Parcerias em Prol das Metas	O Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA vem firmando parcerias tanto no cenário nacional, regional e internacional, por meio de acordos, convênios e cooperações técnicas. Podemos listar instituições parceiras que somam esforços com o icj para promover, ampliar e levar conhecimento e processo inovadores para todas as regiões, temos o INCRA, Acordo de Cooperação Técnica com a Pan American Development Foundation (PADF), OAB-PA, MPT e outros. A formação de uma rede de cooperação forte vai ser o foco principal do empenho do Icj.	https://www.icj.ufpa.br/

Fonte: INSTITUTO DE CIENCIAS JURIDICAS

OFERTAS DE CURSOS NOVOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Tabela 8 - Cursos previstos ou não no PDU de graduação ou pós-graduação

Nome do Curso	Modalidade [1]		Previsto no PDU	Data de Criação	Resolução CONSEPE ou Número do Convênio e Nome do Convenente
Clique aqui para digitar texto.	Escolher um item.		Escolher um item.	Clique aqui para inserir uma data.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Escolher um item.		Escolher um item.	Clique aqui para inserir uma data.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Escolher um item.		Escolher um item.	Clique aqui para inserir uma data.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Escolher um item.		Escolher um item.	Clique aqui para inserir uma data.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Escolher um item.		Escolher um item.	Clique aqui para inserir uma data.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Escolher um item.		Escolher um item.	Clique aqui para inserir uma data.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Escolher um item.		Escolher um item.	Clique aqui para inserir uma data.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Escolher um item.		Escolher um item.	Clique aqui para inserir uma data.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Escolher um item.		Escolher um item.	Clique aqui para inserir uma data.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Escolher um item.		Escolher um item.	Clique aqui para inserir uma data.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Escolher um item.		Escolher um item.	Clique aqui para inserir uma data.	Clique aqui para digitar texto.
Clique aqui para digitar texto.	Escolher um item.		Escolher um item.	Clique aqui para inserir uma data.	Clique aqui para digitar texto.

Fonte: INSTITUTO DE CIENCIAS JURIDICAS

[1] Presencial ou EAD.

A criação de novos cursos não foi nossa prioridade em 2025, devida as limitações orçamentárias, infraestrutura limitada e falta de previsão para ampliação de novas vagas para técnico e docentes. A gestão optou por focar na qualidade dos serviços existente, concentrando seus esforços em revisar os processos já conquistados e a manutenção das estruturas existente. Essa decisão estratégica foi decisiva para preservar a qualidade dos serviços acadêmicos e a sustentabilidade institucional. Seguimos com o propósito de sempre atender as demandas sociais para futuras ampliações.

EMPRESAS JUNIORES

Tabela 9 - Empresas juniores da unidade

Nome		Núcleo de Prática Jurídica (NPJ)
Cursos Envolvidos		**Bacharelado em Direito**
Serviços Prestados		Assistência e Orientação Jurídica à Comunidade e Regularização Fundiária
Serviços Oferecidos		**Assistência e Orientação Jurídica à Comunidade**
Valores Arrecadados (R$)		Clique aqui para digitar texto.
Eventos Realizados		Clique aqui para digitar texto.
Parcerias Estabelecidas		**Defensoria Pública do Estado do Pará e Tribunal de Justiça do Estado do Pará**
Público Envolvido	Quantidade de Alunos	**643 alunos envolvido nas disciplinas práticas jurídicas II e III**
	Quantidade de Docentes	**8**
	Quantidade de Técnicos	**3**

Fonte: INSTITUTO DE CIENCIAS JURIDICAS

As atribuições do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) tem semelhanças com os propósitos de uma Empresa Júnior, pois ambos prestam serviços reais sob a supervisão de monitores qualificados, visando garantir a qualificação prática dos discentes. Enquanto a empresa júnior atua diretamente na gestão de entidades econômicas, o NPJ atua na assistência jurídica gratuita com foco no público de baixa renda. O NPJ tem uma estrutura que simula um ambiente profissional, permitindo aos docentes e discente um ambiente propicio e seguro para exercitar a teoria e a prática jurídica em um ambiente controlado. Esse espaço promove a integração entre teoria e pratica, preparando os futuros profissionais em ciências jurídicas para os desafios do mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminamos um ciclo com o compromisso que fizemos o melhor. No entanto, o Instituto de Ciências Jurídicas tem demandas crescente que impactam na melhoria e ampliação dos serviços existentes. As limitações orçamentárias, pessoal e estrutural são barreiras que precisamos supera e usá-las com sabedora a nosso favor. Ser o melhor, não é uma condição, é uma necessidade que impõem a todos o dever de buscar novas alternativas e superar as limitações impostas. Tais limitações exige reinventar o processo e reescrever uma nova história. Somos o protagonista do nosso futuro e cabe a todos o comprometimento com as mudanças e o desafio de nunca desistimos diante das adversidades.

Referências Bibliográficas

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2011)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **Guia para elaboração, Gestão e Avaliação do Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU).** Belém (versão 1.2). Disponível em: http://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/diplan/Guia_PDU_2018.pdf

https://www.icj.ufpa.br/

https://proplan.ufpa.br/

https://sinpeg.ufpa.br/sinpegnl/v2/index.html